

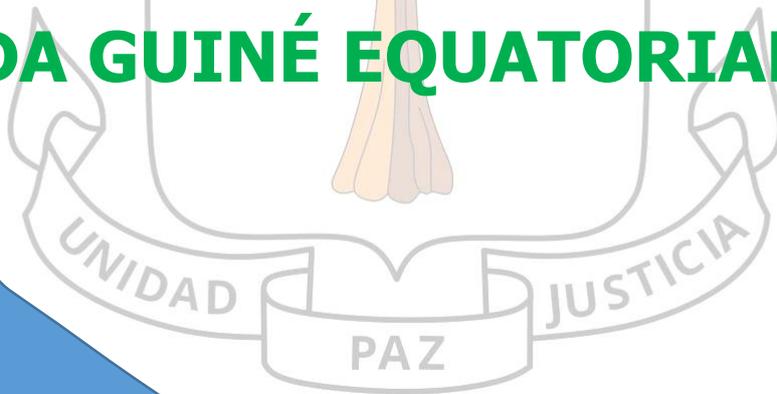


INEGE

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA
DE GUINEA ECUATORIAL**



PRIMEIRO CENSO DAS EMPRESAS DA GUINÉ EQUATORIAL 2020



Outubro 2023



WORLD BANK GROUP



ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES

AFRISTAT	: Observatório Económico e Estatístico da África Subsariana
BEAC	: Banco dos Estados da África Central
BM	: Banco Mundial
CIU	: Classificação Internacional Industrial de todas as Actividades Económicas
CN	: Contas Nacionais
CP	: Conselho de Povoado
CV	: Comunidade de Moradores
DEF	: Declaração Estatística e Fiscal
DU	: Distrito Urbano
EBE	: Excedente bruto de exploração
FCFA	: Fundo de Cooperação Financeira da África Central
FPST	: Fundo para a Protecção Social dos Trabalhadores
I-CE	: Primeiro Censo das Empresas
ICN	: Índice de Volume de Negócios
III-CEN	: Terceira Conferência Económica Nacional
INEGE	: Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial
INSESO	: Instituto de Segurança Social
IPI	: Índice de Produção Industrial
IPPI	: Índice de Preços da Produção Industrial
IRPF	: Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas
ISS	: Imposto sobre o Rendimento das sociedades
IVA	: Imposto sobre o Valor Acrescentado
NIF	: Número de Identificação Fiscal
ODS	: Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	: Organização Internacional do Trabalho
PME	: Pequenas e Médias Empresas
RM	: Resto do Mundo
GIS	: Sistema de Informação Geográfica
SUSO	: Soluções de Inquérito
VA	: Valor Agregado

ÍNDICE

ACRÔNIMOS E ABREVIACÕES.....	3
INDICE DE TABELA	7
INDICE DE GRAFICOS	9
ÍNDICE DE IMAGEM	11
ÍNDICE DE CAIXIA	11
RESUMO.....	13
INTRODUÇÃO	15
Primera parte: Abordagem Metodológica.....	16
CAPÍTULO 1. QUADRO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DO PRIMEIRO RECENSEAMENTO DAS EMPRESAS NA GUINÉ EQUATORIAL.....	18
1.1. Definições.....	18
1.2. Objectivos do Primeiro Censo Empresarial da Guiné Equatorial.....	20
1.3. Cobertura, período de referência e unidade de observação	21
1.4. Actividades preliminares	21
1.5. Fase cartográfica.....	24
1.6. Cadastramento de las empresas	29
1.7. Processamento e análise de dados	33
1.8. Dificuldades encontradas.....	33
Segunda parte: Resultados	35
CAPÍTULO 2. CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS INQUIRIDAS	37
2.1. Empresas recenseadas e formalidade	37
2.2. Distribuição geográfica das empresas	39
2.3. Forma jurídica, antiguidade e dimensão da empresa.....	40
2.4. Distribuição por sector e ramo de actividade	42
CAPÍTULO 3. EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO.....	44
3.1. Características dos proprietários de empresas	44
3.2. Empleo.....	45
3.3. Massa Salarial.....	50
3.4. Cotizações sociais.....	52

3.5.	Formação, investigação e desenvolvimento do pessoal	53
CAPÍTULO 4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS.....		56
4.1.	Análise do capital social das empresas.....	56
4.2.	Volume de negócios	58
CAPÍTULO 5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DESEMPENHO DA ACTIVIDADE		63
5.1.	Receitas	63
5.2.	Despesas	64
5.3.	Desempenho empresarial.....	64

INDICE DE TABELA

Tabela 1: Empresas por província	39
Tabela 2: Empresas por distrito	40
Tabela 3: Empresas segundo forma jurídica.....	40
Tabela 4: Repartição das empresas por sector de actividade.....	42
Tabela 5: Distribuição de empresários por sexo	44
Tabela 6: : Empresarios por sexo e sector de actividade	44
Tabela 7: Empresarios por idade	44
Tabela 8: Clasificação dos empresários por nacionalidade	45
Tabela 9: Distribuição dos empresarios por nacionalidade e sexo	45
Tabela 10: Distribuição dos empregados por região	46
Tabela 11: Empregados por rama de actividade	48
Tabela 12: Empregados por nacionalidade e categoria profissional.....	48
Tabela 13: Empregados por sexo e nacionalidade.....	49
Tabela 14: Número médio de trabalhadores por sector de actividade	49
Tabela 15: Massa salarial por sexo do empregado (miles de milhões de FCFA)	50
Tabela 16: Massa salarial por sector de actividade (miles de milhões de FCFA)	50
Tabela 17: Massa salarial por sector actividade (em miles de milhões de FCFA)	50
Tabela 18: Massa salarial segundo a forma jurídica (em miles de milhões de FCFA).....	52
Tabela 19: Proporção de empresas que investiram na formação do pessoal, por sector.....	53
Tabela 20: Proporção de empresas que investiram na investigação, por sector	53
Tabela 21: Proporção de empresas que investiram na formação do pessoal, por dimensão	54
Tabela 22: Proporção de empresas que investem em investigação por dimensão.....	54
Tabela 23: Despesas com a formação do pessoal por dimensão (em miles milhões de FCFA)	54
Tabela 24: Volume de negócios por área geográfica (em milhões de F CFA)	58
Tabela 25: Evolução do volume de negócios por distrito (em miles de milhões de F CFA).....	59
Tabela 26: Volume de negócios por forma jurídica (milhões de FCFA).....	60
Tabela 27: Cifra de negocios según el tamaño de las empresas (millones de F CFA).....	60
Tabela 28: Volume de negócios por actividade económica (milhões de FCFA)	62
Tabela 29: Receitas de exploração (em milhões de FCFA).....	63
Tabela 30: Custos de exploração (em milhões de FCFA).....	64
Tabela 31: Valor agregado por área geográfica (em milhões de F CFA)	65
Tabela 32: Valor agregado por sector de actividade (em miles milhões de F CFA)	65
Tabela 33: Valor agregado por sector (en em miles milhões de F CFA).....	66
Tabela 34: Valor acrescentado de acordo com a dimensão da empresa (em milhões de FCFA)	67
Tabela 35: Valor acrescentado por propriedade (em milhões de FCFA)	67
Tabela 36: Produtividade aparente do trabalho por sector (em milhões de F CFA)	68

Tabela 37: Productividad del trabajo por rama de actividad (en miles de FCFA).....	69
Tabela 38: Excedente bruto de exploração por sector de atividade (em milhões de FCFA)	69
Tabela 39: EBE según tamaño de la empresa (en millones de FCFA)	70
Tabela 40: Excedente de exploração bruto por ramo de atividade (em milhões de F CFA)	71

ÍNDICE DE GRAFICOS

Gráfico 1: Distribuição das empresas segundo a formalidade (%).....	37
Gráfico 2: Evolución del registro de empresas en Guinea Ecuatorial	38
Gráfico 3: Distribuição das empresas segundo a sua gestão contabilística por sector (%)	38
Gráfico 4: Distribuição das empresas de acordo com a sua antiguidade (%).....	41
Gráfico 5: Distribuição das empresas de acordo com a dimensão.....	42
Gráfico 6: Repartição das empresas por sector de atividade	42
Gráfico 7: Evolução do número de empregados.....	45
Gráfico 8: Distribución de empleados por sexo (%).....	46
Gráfico 9: Distribuição de empregados por nacionalidade (%).....	46
Gráfico 10: Distribuição de empregados por sector de actividade (%)	47
Gráfico 11: Distribuição dos trabalhadores por sexo e por categoria profissional (%)	49
Gráfico 12: : Empregados declarados ao INSESO (%)	52
Gráfico 13: Proporção de trabalhadores declarados ao INSESO por sector de atividade (%).....	52
Gráfico 14: Distribuição das cotizações para a segurança social por sector de atividade (%).....	53
Gráfico 15: Repartição das empresas segundo o capital social inicial (%).....	56
Gráfico 16: Distribuição do capital social inicial por sector de atividade (%)	56
Gráfico 17: Distribuição do capital social inicial por ramo de atividade (%).....	57
Gráfico 18: : Distribuição do capital social inicial em função do sexo do empresário (%).....	58
Gráfico 19: Distribuição do capital social inicial de acordo com a nacionalidade do proprietário (%).....	57
Gráfico 20: Estrutura do volume de negócios por sector (%).....	61
Gráfico 21: Produtividade aparente do trabalho em milhões de FCFA	68
Gráfico 22: Evolução da taxa de valor agregado (%)	71

ÍNDICE DE IMAGEM

Imagem 1: Formação de formadores	27
Imagem 2: Reuniao com agentes para o desafio	30
Imagem 3: Formação de Agentes Recenseadores na Região Continental.....	32
Imagem 4: Formação na região insular	72

ÍNDICE DE CAIXIA

Quadro 1: Dados de projecção do sistema de coordenadas da Guiné Equatorial	25
Quadro 2: Organização da identificação e verificação das entidades empresariais	29
Quadro 3: Classificação das empresas por dimensão segundo a OHADA	41
Quadro 4: Composição da Comissão Nacional do Primeiro Recenseamento Geral das Empresas na República da Guiné Equatorial.....	73

RESUMO

O primeiro Censo Empresarial da República da Guiné Equatorial foi desenhado com o objetivo de conhecer melhor o universo empresarial do país, cujos dados servirão de base para medir o cumprimento dos objetivos das agendas de desenvolvimento em geral, e em particular para a implementação de políticas que favoreçam a diversificação económica. Esta necessidade, confirmada durante a Terceira Conferência Económica Nacional, foi implementada através do Decreto n.º 117/2019, de 9 de setembro, que prevê a realização do primeiro Censo Empresarial na República da Guiné Equatorial e estabelece a sua Comissão Nacional e Técnica. Esta operação foi executada pelo Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial (INEGE) entre setembro de 2019 e julho de 2023, com cobertura nacional.

Os resultados desta operação estatística revelam um total de 4.038 empresas formais registadas, das quais 58,6% se encontram localizadas na Região das Insular e as restantes na Região Continental. As empresas dos sectores primário, secundário e terciário representam 2,0%, 17,8% e 80,2%, respetivamente.

O volume de negócios global diminuiu 23,1% em 2020, de 7,1 biliões de FCFA em 2019 para 5,5 biliões de FCFA em 2020. As empresas do sector petrolífero, apesar de representarem apenas 1,9% do total, foram responsáveis por 44,6% e 43,5% do volume de negócios global em 2019 e 2020, respetivamente. As grandes empresas, que representam 12,8% do total, foram responsáveis por 94,5% e 92,4% do volume de negócios global em 2019 e 2020, respetivamente.

O tecido empresarial nacional registou um total de 51.080 trabalhadores em 2019 e 49.145 em 2020, uma diminuição de 3,8%. Do total de trabalhadores observados em ambos os períodos, as empresas do setor petrolífero tinham 12,9% e 10,9% da força de trabalho em 2019 e 2020, respetivamente. As mulheres representavam 28,3% e 28,0% do pessoal ao serviço em 2019 e 2020. Por outro lado, os nacionais representavam 76,8% e 78,4% do pessoal ao serviço em 2019 e 2020, respetivamente.

INTRODUÇÃO

Os trabalhos desenvolvidos durante a Terceira Conferência Económica Nacional (III-CEN), decorrida no início de 2019, permitiram a reorientação do então vigente Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social denominado "Horizonte 2020", para um novo quadro de desenvolvimento nacional denominado "Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2035". Esta nova agenda foi devidamente alinhada com os compromissos internacionais assumidos pelo Governo da República da Guiné Equatorial, como a Agenda 2030 sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2063 da União Africana "A África que queremos".

A adoção dos novos compromissos pelo Governo e a sua inclusão na nova Agenda de Desenvolvimento Nacional implicam um aumento da procura de informação estatística nacional, em geral, e de dados económicos, em particular, que servirão, entre outros, para melhor monitorizar os esforços ou políticas que têm sido e serão implementados pelo Governo para atingir os objetivos neles enquadrados.

Na Guiné Equatorial, os dados macroeconómicos são fornecidos pela compilação das Contas Nacionais. A elaboração das Contas Nacionais (CN) no nosso país encontra vários obstáculos, entre os quais podemos destacar: (i) o número insuficiente de Declarações Estatísticas e Fiscais (DEF) das empresas que operam no território nacional; (ii) a falta de informação relevante para a produção estatística nas DEF disponíveis; (iii) a inexistência de uma base de dados exaustiva, actualizada e fiável das empresas que operam no território nacional. Tudo isto não permite uma melhor cobertura da atividade económica através da compilação das CN, nem permite a implementação de indicadores económicos conjunturais e estruturais indispensáveis à implementação e acompanhamento das políticas económicas.

Para o efeito, e de forma a responder a este novo cenário, uma das Resoluções do III-CEN foi a realização do Primeiro Censo Empresarial da Guiné Equatorial, com o objetivo de conhecer melhor o tecido empresarial que opera no território nacional. Em cumprimento a esse compromisso, a Presidência da República sancionou o Decreto nº 117/2019, de 09 de setembro, que dispõe sobre a Realização do Primeiro Censo Empresarial na República da Guiné Equatorial e estabelece sua Comissão Nacional e Técnica, cuja execução será de responsabilidade do Instituto Nacional de Estatística da Guiné Equatorial (INEGE).

O presente relatório constitui a apresentação dos trabalhos realizados no âmbito desta operação estatística "Primeiro Recenseamento das Empresas da Guiné Equatorial", a fim de cumprir os objetivos da resolução e o mandato da 3ª CEN. Este relatório é composto por duas partes: a primeira parte, "Abordagem metodológica", engloba os conceitos utilizados, os objetivos, as etapas e actividades e as dificuldades encontradas no âmbito da operação; a segunda parte, "Resultados do primeiro recenseamento das empresas", como o próprio nome indica, apresenta os resultados desta operação estatística, destacando aspectos como o número de empresas formais e informais, trabalhadores, volume de negócios, valor acrescentado, entre outros.

1

Abordagem Metodológica

CAPÍTULO 1: QUADRO CONCEPTUAL E METODOLÓGICO DO PRIMEIRO RECENSEAMENTO DAS EMPRESAS NA GUINÉ EQUATORIAL

Este capítulo destaca a metodologia utilizada para a implementação do I-EC da Guiné Equatorial. Apresenta os objectivos, as etapas e actividades, os conceitos e as dificuldades encontradas no âmbito desta operação estatística.

1.1. Definições

Em qualquer operação estatística são utilizados alguns termos técnicos que, normalmente, requerem a apresentação das respectivas definições para ajudar os utilizadores a compreenderem melhor os resultados. Neste sentido, definem-se de seguida os principais conceitos utilizados no I-EC:

- *Cartografia geoestatística*: cartografia composta pelo conjunto de planos, esquemas, camadas vectoriais e catálogos de imagens (raster), nos quais está representado o quadro geoestatístico da República da Guiné Equatorial e que serve de suporte às actividades de planeamento, execução, recolha de dados e apresentação de resultados de uma operação estatística.
- *Censo*: método de produção de informação estatística, através da obtenção de dados sobre cada um dos elementos que constituem o universo em estudo.
- *Volume de negócios*: é o valor líquido das vendas e/ou serviços de uma empresa. Para efeitos desta operação estatística, foi considerado como a soma das seguintes fontes de rendimento: vendas de mercadorias, vendas de produtos manufacturados, trabalhos e serviços vendidos, rendas e outros rendimentos.
- *Empresa*: Uma organização de pessoas e recursos que procura obter um benefício económico do desenvolvimento de uma determinada atividade.
- *Empresa pública*: é aquele cuja capital pertence ao Estado Equatoguineês.
- *Empresa mixta*: é o regime de propriedade das empresas cujo capital é constituído por contribuições dos anteriores.
- *Estabelecimento económico*: uma empresa ou parte de uma empresa que exerce uma atividade económica num território e local determinados.
- *Excedente Bruto de Exploração (EBE)*: é um indicador que mede a rentabilidade de uma empresa, dando uma ideia da quantidade de dinheiro disponível para pagar dividendos, reduzir a dívida ou investir em novos projectos.
- *Operação estatística*: qualquer investigação em que se utilize um recenseamento, um inquérito ou registos administrativos.

- *Privado estrangeiro*: refere-se a empresas com capital exclusivamente controlado por cidadãos do Resto do Mundo (RM).
- *Privado nacional*: refere-se a empresas cujo capital é inteiramente detido por cidadãos equatoguineenses.
- *Produtividade aparente do trabalho*: é um indicador que mede a produção de uma unidade de trabalho aplicada ao processo de produção de um país, região ou sector, calculada como o rácio entre o valor acrescentado e o número de trabalhadores empregados.
- *Produtividade do trabalho a custo de pessoal*: é um indicador que mede a eficiência com que o trabalho é utilizado para produzir bens e serviços. É calculado dividindo o valor acrescentado bruto pelos custos do pessoal. Mostra quanto valor é gerado por cada unidade de trabalho utilizada e é expresso em milhões de FCFA.
- *Regime de propriedade*: refere-se à distribuição do capital de acordo com os grupos que usufruem da sua propriedade. No I-CE da Guiné Equatorial, é feita uma distinção entre: privado nacional, privado estrangeiro, misto e público.
- *Sector formal*: é constituído por empresas que satisfazem pelo menos um dos seguintes critérios:
 - a) Possuir um Número de Identificação Fiscal (NIF);
 - b) Possuir um número de registo comercial;
 - c) Ter inscrição no Instituto de Segurança Social (INSESO);
 - d) Pagar Imposto sobre o Rendimento das Sociedades (ISS);
 - e) Pagar o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Físicas (IRPF);
 - f) Pagar o Fundo de Proteção Social dos Trabalhadores (FPST);
 - g) Pagar o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).
- *Sector informal*: é constituído por empresas que não satisfazem pelo menos um dos critérios enunciados no ponto anterior.
- *Sector primário*: Este sector inclui as empresas de extração e obtenção de matérias-primas (agricultura, silvicultura, pecuária, pesca, minas, etc.).
- *Sector secundário*: inclui empresas que transformam matérias-primas do sector primário ou outras em produtos manufacturados (fábricas, empresas de construção, empresas de distribuição de energia e água, etc.).

- *Sector terciário*: são empresas de serviços (comércio, transportes terrestres, marítimos e aéreos, hotelaria e restauração, bancos, seguros, telecomunicações, clínicas, escolas privadas, actividades liberais, outros serviços às empresas e às famílias, etc.).
- *Taxa de valor acrescentado*: refere-se à proporção que o valor acrescentado bruto ao custo dos factores representa em relação ao valor da produção. Mostra a capacidade de gerar rendimento por unidade de produto ou serviço.
- *Valor acrescentado*: De acordo com o SCN 2008, o valor acrescentado é um conceito utilizado para medir a produção de bens e serviços numa economia e é calculado como o valor da produção menos o valor do consumo intermédio, ou seja, o valor dos bens e serviços utilizados como factores de produção no processo de produção.

1.2. Objectivos do Primeiro Censo Empresarial da Guiné Equatorial

O Primeiro Censo Empresarial da Guiné Equatorial tem os seguintes objectivos:

Objetivo Geral

Disponer de uma base de dados exaustiva, fiável e actualizada das empresas que operam no território nacional que permita o acompanhamento da sua demografia e a implementação de novos indicadores económicos, estruturais e económicos úteis para a formulação e acompanhamento das políticas económicas.

Objetivos específicos

Mais concretamente, são os seguintes:

- Completar a informação que caracteriza as empresas já conhecidas ao nível da lista de empresas disponível no INEGE e registar todas as que ainda não estão identificadas, de forma a obter um conhecimento o mais exaustivo possível da actividade económica nacional;
- Aprofundar a recolha de declarações fiscais e estatísticas (FDS) para melhorar a estimativa da actividade económica nacional através das Contas Nacionais;
- Desenvolver um directório nacional de empresas para servir de base de amostragem para futuros estudos económicos;
- Disponer de informação que permita a implementação do Índice de Produção Industrial (IPI), do Índice de Preços na Produção Industrial (IPPI) e do Índice de Volume de Negócios (ICN);
- Compreender a estrutura do tecido empresarial do país, a fim de implementar políticas que promovam a diversificação económica.

1.3. Cobertura, período de referência e unidade de observação

O I-CE da Guiné Equatorial tem uma cobertura nacional e a sua unidade de observação é o estabelecimento económico do sector formal. Os períodos de referência para esta operação estatística são 2019 e 2020.

A recolha de dados propriamente dita foi realizada junto das unidades económicas do sector formal, no entanto, foi realizado um trabalho prévio de identificação e verificação de todos os estabelecimentos económicos tanto do sector formal como do informal, o que permitiu criar o mapeamento das unidades económicas a operar no território nacional.

1.4. Actividades preliminares

As actividades preliminares referem-se às actividades que foram desenvolvidas antes da saída para o terreno. Estas são apresentadas de seguinte maneira:

1.4.1. Elaboración de los documentos metodológicos del I Censo de Empresas

1.4.1.1. Trabalhos com o Observatório Económico e Estatístico da África Subsariana (AFRISTAT)

A realização do Recenseamento das Empresas é uma necessidade que surgiu muito antes da implementação do III-CEN em 2019; de facto, os trabalhos preliminares desta operação estatística iniciaram-se em 2013, com o apoio de uma missão do Observatório Económico e Estatístico da África Subsariana (AFRISTAT). O principal objetivo desta missão foi avançar na preparação dos documentos técnicos do Recenseamento das Empresas, nomeadamente: o Documento de Execução, os questionários, os Manuais (para o entrevistador e para o supervisor), a Ficha de Identificação, o Cronograma de Actividades e o Orçamento da operação estatística.

Este trabalho estava a ser realizado pela Direção Geral de Estatística e Contas Nacionais do então Ministério do Planeamento, Desenvolvimento Económico e Investimento Público. Durante a missão da AFRISTAT, foi produzida a primeira versão dos Documentos Técnicos acima referidos.

1.4.1.2. Colaboração com o Banco Mundial

No âmbito do Acordo para o Fortalecimento das Capacidades Estatísticas que a República da Guiné Equatorial tem com o Banco Mundial (BM), o INEGE beneficiou de uma missão desta Instituição para apoiar a atualização das rascunhos dos documentos técnicos do Censo, que decorreu de 9 a 18 de dezembro de 2019.

Os objectivos da consultoria foram:

- ✓ Prestar assistência técnica ao INEGE na avaliação, revisão e atualização da documentação metodológica do I Recenseamento Empresarial;
- ✓ Apoiar o INEGE na transmissão de conhecimentos e experiências de outros países na realização de recenseamentos empresariais;
- ✓ Prestar apoio na elaboração do relatório final incluindo notas metodológicas e principais resultados.

As actividades foram realizadas da seguinte forma.

Avaliação dos registos administrativos:

O INEGE, em colaboração com a missão, realizou sessões de trabalho com os vários organismos que gerem os registos administrativos das empresas do sector formal que operam no país, tais como:

- ✓ A Ventanilla Única Empresarial, uma agência ligada ao Ministério do Comércio, Promoção de Pequenas e Médias Empresas (PYMES), que é responsável pela criação, modificação e registo de empresas;

- ✓ A Direção-Geral dos Impostos e Contribuições do Ministério das Finanças, Economia e Planeamento;
- ✓ A Delegação Nacional do Instituto da Segurança Social (INSESO);
- ✓ A Direção Geral das PME's;
- ✓ Direção Nacional do Banco dos Estados da África Central (BEAC).

O objetivo das consultas era estabelecer parcerias com os membros do Comité Técnico do Censo, solicitar a seleção de pontos focais de cada agência para participar nas reuniões do Gabinete do Censo e solicitar os registos que gerem para consolidar um primeiro projeto de diretório de empresas, que seria muito útil para as fases sucessivas da operação estatística.

Atualização de documentos técnicos:

Estes trabalhos basearam-se na atualização do documento de execução, dos questionários do Censo, bem como do orçamento correspondente. Adicionalmente, foi recomendada a atualização da cartografia nacional desenhada no âmbito do II Inquérito Nacional aos Agregados Familiares, o que permitiria estimar o número de estruturas existentes, bem como melhorar a organização da colocação do pessoal de recolha no terreno.

O documento de execução resumia as actividades a realizar no âmbito da execução do recenseamento. O período de recolha de dados foi atualizado e o plano de tabulação foi acrescentado ao documento.

Relativamente ao Questionário, foi decidido que a informação solicitada deveria referir-se ao período 2019-2020, para efeitos de comparação e validação dos resultados, e a descrição detalhada da atividade económica foi incluída na Ficha de Identificação, de forma a evitar possíveis erros na classificação da atividade económica, considerando as nomenclaturas e códigos utilizados no país (da Nomenclatura das Atividades Económicas dos Países Membros da AFRISTAT, que é compatível com a CITA Rev.4).

O orçamento foi atualizado e ajustado de acordo com o Calendário de Actividades, tendo sido acrescentadas as seguintes rubricas: (i) Comissão Nacional; (ii) Comissão Técnica; (iii) Gabinete de Censos e; (iv) Actividades Cartográficas.

Revisão e validação dos documentos metodológicos pelo Gabinete de Recenseamento:

O Gabinete de Recenseamento Empresarial realizou de 3 a 26 de junho de 2020 a revisão de todos os documentos metodológicos da referida operação estatística, que foram atualizados com o apoio técnico do Banco Mundial (BM), e validados pela Comissão Técnica e posteriormente pela Comissão Nacional.

1.4.2. Aquisição de material do Recenseamento das Empresas

A aquisição foi efectuada de acordo com o Despacho Institucional n.º 15, de 17 de julho de 2020, que actualiza a composição da Comissão de Aquisições do 2.º Inquérito Nacional às Famílias e do 1.º Recenseamento Empresarial.

1.4.3. Campanha de informação e sensibilização sobre o primeiro recenseamento das empresas na República da Guiné Equatorial

De acordo com o calendário de actividades estipulado, a Comissão Nacional de Recenseamento realizou uma ação de sensibilização em território nacional, de 14 a 21 de dezembro de 2020. Esta ação de sensibilização teve como principal objetivo informar e sensibilizar os Empresários, Directores e Gerentes de empresas, Associações e/ou Agrupações Agrícolas que operam no país, sobre a necessidade imperiosa de participarem nas actividades do 1º Recenseamento Empresarial, acolhendo e fornecendo dados aos Agentes Censitários.

1.5. Fase cartográfica

Uma das fases importantes do I-CE na Guiné Equatorial foi a fase cartográfica, que permitiu, entre outras coisas, uma delimitação mais precisa dos limites administrativos das diferentes áreas geográficas, tais como os Conselhos de Povoados (CP) e as Comunidades de Vizinhança (CV). A sua importância reside também na criação de um quadro de amostragem atualizado das unidades económicas que operam no país, na elaboração de mapas e esboços utilizados durante a fase de registo das empresas, bem como na divulgação dos resultados através de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), entre outros.

As actividades de cartografia desta operação foram realizadas da seguinte forma.

1.5.1. Elaboração da Cartografia Digital Nacional

O INEGE, com o apoio do BM através de uma missão que decorreu de 20 de julho a 11 de agosto de 2020, realizou um conjunto de actividades com o objetivo de produzir a cartografia digital para os Censos. As actividades da missão de cartografia digital incidiram sobre: (i) Revisão do estado da cartografia digital do INEGE¹; (ii) Georreferenciação, digitalização e codificação da camada cartográfica dos Municípios, Distritos Urbanos (DU), Comunidades de Vizinhança (CV) e Conselhos de Povoação (CP) em todo o território nacional; (iii) Desenho do formato de croquis A3 para as operações de campo do Primeiro Censo Empresarial 2020 (croquis a nível de PC e CV); (vi)

¹ Trata-se da cartografia produzida no âmbito dos trabalhos preliminares da II-ENH. No entanto, esta cartografia estava incompleta.

Workshop sobre a criação e ligação geoespacial das bases de dados gráficas e alfanuméricas da Ilha de Annobón. Este trabalho permitiu a produção de cartografia digital do nosso país, o que possibilitou a geração de mapas e esboços para a recolha de dados no terreno nas suas duas fases.

Mapa 1: Ilha de Annobón

Mapa 2: : Ilha de Bioko

A Guiné Equatorial, devido à sua situação geográfica única, tem uma cartografia localizada em dois

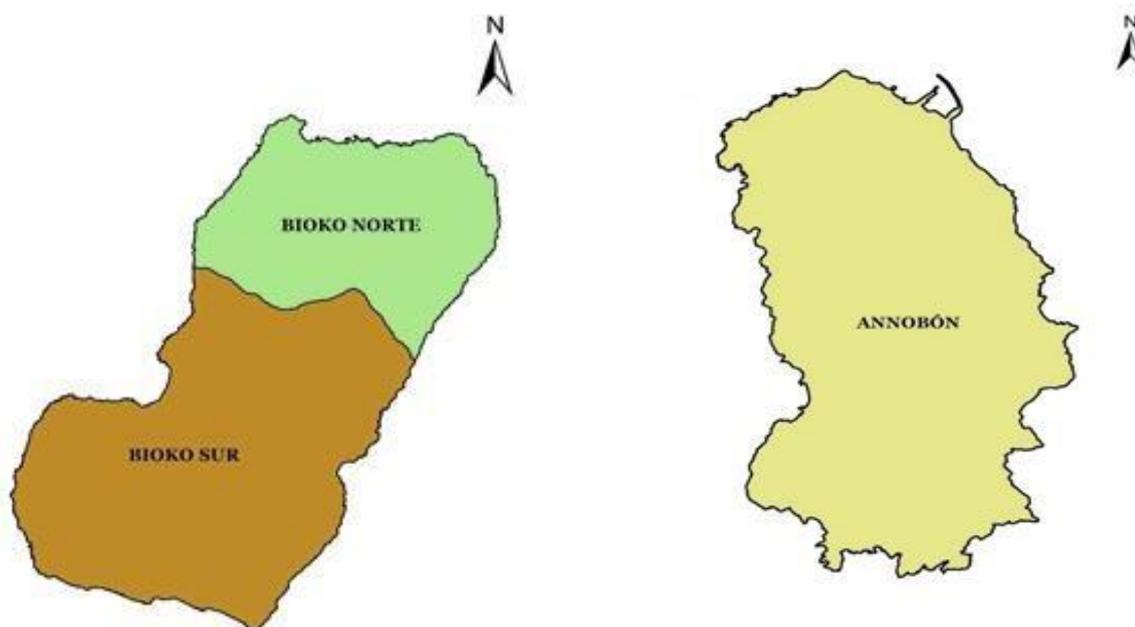
Quadro 1: Dados de projeção do sistema de coordenadas da Guiné Equatorial

Características	Región continental	Región Insular
Sistema de coordenadas geográficas	GCS_WGS_1984	GCS_WGS_1984
Dato	D_WGS_1984	D_WGS_1984
Primer Meridiano	Greenwich	Greenwich
Unidad angular	Grado	Grado
Unidad lineal	Metro	Metro
Proyección Del Sistema De Coordenadas	WGS_1984_UTM_Zone_32N	WGS_1984_UTM_Zone_31S
Proyección	Mercator transversal	Mercator transversal
Meridiano central	9	3

sistemas de projeção de coordenadas, que são apresentados na ilustração seguinte.

A ilha de Bioko, tal como a região insular, tem como sistema de projeção de coordenadas o "WGS_1984_UTM", enquanto a ilha de Annobón tem como sistema de projeção de coordenadas o "WGS_1984_UTM_Zone_31S".

A Guiné Equatorial está administrativamente dividida em duas regiões, oito (8) províncias, dezanove (19) distritos, trinta e sete (37) municípios e cinquenta e nove (59) distritos urbanos. A Região Continental é constituída pelo Rio Muni e os ilhéus adjacentes e a Região Insular é constituída pelas ilhas de Bioko e Annobón.

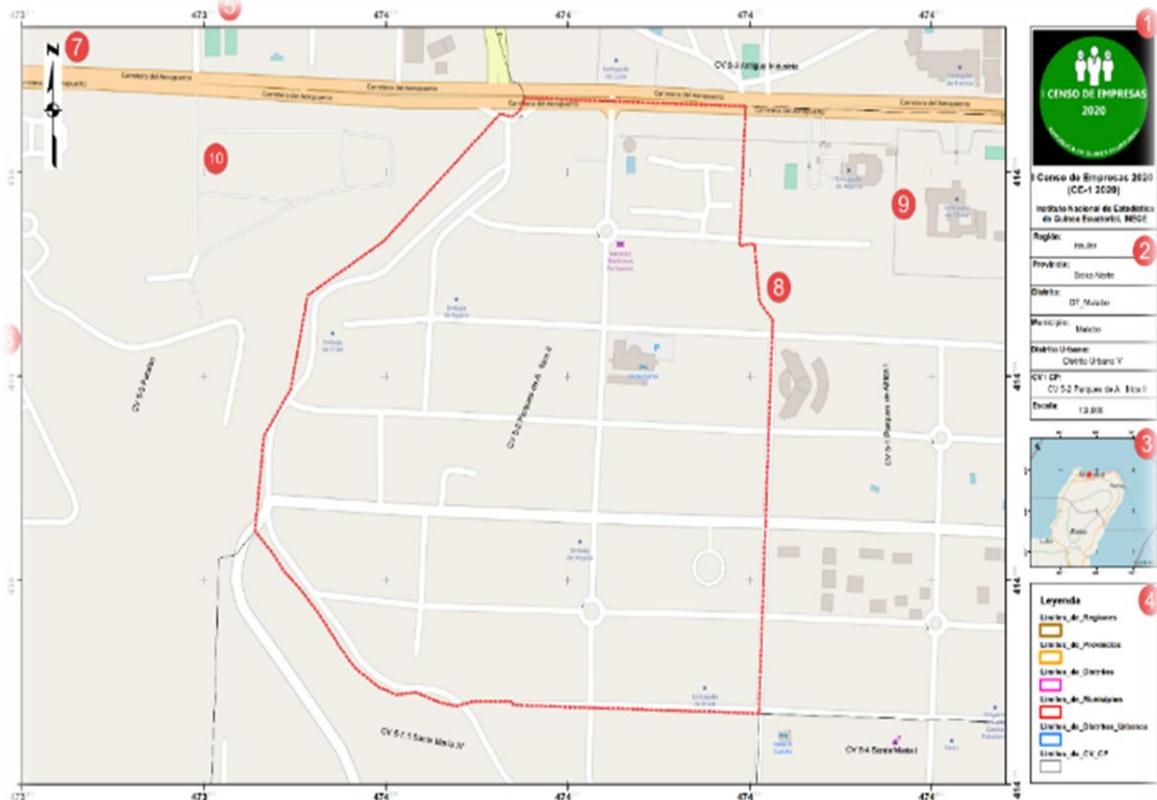


Mapa 3: Região continental



A região insular tem uma superfície de 2 034 km², dos quais 2 017 km² na ilha de Bioko e 17 km² na ilha de Annobón. Tem fronteiras marítimas com os Camarões, a Nigéria e São Tomé e Príncipe. A Região Continental tem uma superfície de 26.017 km² e faz fronteira a norte com os Camarões e a leste e a sul com o Gabão.

Mapa 4: Croquis do distrito urbano nº 5 de Malabo



1.5.2. Identificação e verificação dos estabelecimentos económicos

A identificação e verificação dos estabelecimentos económicos consistiu na localização de todos os estabelecimentos económicos situados no território nacional², tanto no sector formal como no informal. O objetivo foi obter informação para caracterizar e localizar os estabelecimentos económicos, o que implicou a recolha de informação sobre a sua localização geográfica, a sua atividade principal e dados que permitissem conhecer a sua situação formal, entre outros.

1.5.2.1. Formação da equipa de identificação

O trabalho de identificação e verificação dos estabelecimentos económicos foi antecedido de uma formação de formadores, que decorreu de 09 a 18 de dezembro de 2020.

Esta formação foi ministrada pelo Banco Mundial à equipa do Gabinete de Recenseamento, com o objetivo de melhorar o conhecimento e manuseamento do documento de execução e, em particular, o correto preenchimento da ficha de verificação, bem como a georreferenciação dos estabelecimentos económicos no terreno.

Esta equipa é responsável pela formação dos Agentes Censitários para o trabalho de campo. Nesta ocasião, o BM formou um total de 10 formadores, cuja lista pode ser consultada nos anexos.

Imagem 1: Formação de formadores



² Neste recenseamento das empresas, apenas foram identificados os estabelecimentos com instalações materiais permanentes ou semi-permanentes num determinado terreno

Após a formação dos formadores, foram formados os Agentes de Recenseamento. Assim, em Malabo, a formação decorreu de 11 a 15 de janeiro de 2021 no Centro Cultural Equatoguineense em Malabo, onde foram formados um total de quarenta e oito (48) candidatos, tendo sido retidos 25, que iriam desempenhar o papel de Agentes Censitários na Região Insular do país. Por seu lado, a formação na Região Continental decorreu de 18 a 22 de janeiro de 2021, que teve lugar no Centro Cultural Equatoguineense em Bata, onde participaram um total de 70 candidatos, após o que foram retidos quarenta e oito (48), que desempenhariam o papel de Agentes Censitários nesta parte continental do país.

Esta formação para os Agentes Censitários abrangeu apenas as actividades que seriam realizadas no âmbito da identificação dos estabelecimentos económicos.

Identificação dos estabelecimentos económicos:

Nesta fase, os Agentes Censitários percorreram todo o território nacional para recolher informação de localização geográfica, incluindo coordenadas GPS, bem como informação que permitisse caracterizar o estabelecimento económico em termos de atividade principal, sector de atividade e outra informação que ajudasse na construção do critério de formalidade³.

Para o trabalho de identificação, o Gabinete de Recenseamento agrupou os Agentes Censitários em equipas. Em Malabo, foram constituídas cinco (5) equipas de quatro (4) Agentes Censitários e um (1) Controlador e, em Bata, foram constituídas nove (9) equipas com a mesma configuração⁴. Os pormenores sobre a organização deste trabalho são apresentados na seguinte grelha.

As actividades de identificação no terreno tiveram início na região insular em 22 de fevereiro de 2021, enquanto na região continental tiveram início em 30 de janeiro do mesmo ano. Estas actividades tiveram a duração de cinco (5) meses, dois (2) meses para além do prazo inicialmente estabelecido, depois de previsto um período de contestação para garantir a varredura de todos os estabelecimentos económicos

³ Ver "empresa formal" na definição dos conceitos.

⁴ Devido ao volume de trabalho, as três (3) equipas que trabalharam em Bata tinham um total de 5 Agentes Censitários cada, em vez de quatro como nas outras equipas.

Quadro 2: Organização da identificação e verificação das entidades empresariais

Para os trabalhos de identificação e verificação dos estabelecimentos económicos, o Gabinete de Recenseamento constituiu equipas de recolha no terreno, compostas por Agentes Censitários contratados após formação. Na Região Insular, foram constituídas cinco equipas, tendo cada equipa quatro Agentes Censitários e um controlador. A mesma organização foi mantida na Região Continental, onde foram constituídas nove (9) equipas. Cada controlador tinha a seu cargo uma equipa constituída por Agentes Censitários e cada equipa tinha a seu cargo uma área geográfica de trabalho bem definida, na qual tinham de percorrer e identificar todas as unidades económicas da área.

O Gabinete de Recenseamento forneceu a cada elemento das equipas de trabalho um tablet, um GPS Garmin, uma mochila, um bloco de notas, uma caneta e material de prevenção da COVID-19 (máscaras, gel hidroalcoólico). Para além do material acima referido, o controlador recebeu os diferentes mapas e planos das zonas que constituíam a área de trabalho a seu cargo.

A recolha de dados de verificação junto dos estabelecimentos económicos foi efectuada pelos Agentes Censitários, que o fizeram através do preenchimento da ficha de verificação nos tablets e da georreferenciação das instalações destas empresas no terreno com recurso a GPS. O Controlador, por sua vez, tinha como função acompanhar os Agentes Censitários a seu cargo no terreno, distribuindo o trabalho diário, verificando e assegurando o correto preenchimento dos cartões de identificação dos seus agentes, bem como a correcta utilização do GPS. Assegurou que todos os Agentes Censitários a seu cargo manuseavam corretamente os conceitos utilizados nesta operação estatística e foi responsável por desbloquear eventuais problemas de não colaboração de alguns estabelecimentos económicos da sua área de competência. No entanto, caso se encontrasse limitado, deveria informar de imediato o Gabinete de Recenseamento da situação, cabendo este último encontrar uma solução para esta questão em particular.

Para além dos controladores, existia também a figura do supervisor, que tinha a seu cargo um pequeno número de equipas e era responsável pela resolução das questões levantadas pelos controladores. O supervisor acompanhava de forma centralizada a qualidade do trabalho a partir da aplicação centralizada. No I-CE, foram utilizadas as TIC (tablets, GPS, Internet) e a ferramenta Survey Solutions para recolher dados. A Survey Solutions é uma aplicação desenvolvida pelo BM que permite a conceção de questionários electrónicos, a recolha de dados e a supervisão da qualidade dos dados recolhidos (permitindo mesmo a refutação de questionários mal preenchidos para correção no terreno).

Os questionários preenchidos no terreno foram enviados para o servidor do INEGE, após validação pelo Controlador correspondente. Após o envio, os supervisores eram encarregados de rever a coerência do trabalho e validá-lo ou refutá-lo, para ser corrigido no terreno, conforme o caso.

Acima dos supervisores, existia um Supervisor Geral (chamado Head quater), que, através de algoritmos, validava ou rejeitava os trabalhos dos supervisores, quer estivessem ou não de acordo com as normas de qualidade.

1.6. Cadastramento de las empresas

Uma vez concluída a identificação e verificação dos estabelecimentos económicos, foi feito o mapeamento das unidades económicas que operam no país. Uma vez concluído o mapeamento, foi feito um exercício de distinção entre os estabelecimentos económicos do sector formal e informal. Para o efeito, foi realizada uma reunião com o Ministério do Comércio, Promoção das Pequenas e Médias Empresas e o então Ministério das Finanças, Economia e Planeamento, onde foi salientada a importância de uma empresa possuir um NIF para ser considerada formal. Tendo-se verificado a existência de muitas empresas sem NIF, mas que pagavam impostos semelhantes aos das empresas com NIF, foram realizadas reuniões sobre o assunto com o BM, onde foi adotado que uma empresa seria considerada formal se tivesse NIF ou se pagasse alguns impostos⁵. Desta forma foi possível

⁵ Ver definição de conceitos

constituir a base de dados das unidades económicas consideradas formais, passando assim à fase do Recenseamento Piloto.

Imagem 2: Reuniao com agentes para o desafio



1.6.1. Implementação do recenseamento-piloto

Os dados recolhidos durante a fase Piloto foram totalmente diferentes dos recolhidos durante a fase de Identificação; com efeito, a fase de enumeração tinha como objetivo recolher dados sobre o nível de atividade das empresas, pelo que o objetivo aqui era recolher dados sobre pessoal, despesas, volume de negócios, segurança social dos trabalhadores, entre outros aspectos. Neste sentido, o questionário utilizado nesta fase foi diferente do utilizado na fase de identificação, o que implicou a necessidade de formar os agentes sobre o novo questionário e as técnicas para recolher eficazmente informação fiável junto das unidades económicas.

Neste sentido, os membros do Gabinete de Recenseamento receberam formação, de 4 a 10 de maio de 2021, sobre os conceitos e a metodologia de preenchimento e verificação dos questionários, a organização do trabalho no terreno, bem como o manuseamento eficiente das Declarações Estatísticas e Fiscais (DFF), uma vez que muitas empresas iriam utilizar este instrumento para responder aos questionários. Esta formação foi ministrada pelo BM.

Na sequência da formação de formadores, o Gabinete de Recenseamento organizou uma formação para os Agentes Recenseadores da Região Insular, de 11 a 16 de maio de 2021, sobre o manejo dos novos questionários, manuais, conceitos, técnicas de entrevista, entre outros, após a qual foram

contratados um total de dez (10) Agentes Recenseadores para participarem na recolha de dados do Recenseamento Piloto.

A recolha de dados no âmbito do Recenseamento Piloto foi efectuada na Região de Insular, onde foram constituídas duas (2) equipas de cinco (5) Agentes Censitários cada. Foram delegados quatro (4) supervisores, membros do Gabinete de Recenseamento, para acompanhar e orientar o trabalho dos agentes no terreno, cabendo-lhes supervisionar o trabalho efectuado pelos técnicos sob a sua supervisão. A eles competia também supervisionar a validação ou refutação desses trabalhos nas Soluções de Inquérito, consoante o caso.

Uma vez constituídas as equipas de recolha, foi seleccionado um total de trinta (30) empresas para a recolha de dados. Esta recolha, inicialmente prevista para duas (2) semanas, decorreu de 15 de junho a 14 de julho de 2021 e foi realizada nos distritos de Malabo e Lubá, o que permitiu identificar as fragilidades e limitações dos instrumentos técnicos do Censo, a capacidade dos Agentes Censitários formados, bem como a relutância das empresas em fornecer os seus dados aos Agentes Censitários destacados no terreno para o efeito.

Após a recolha de dados do Piloto, o Gabinete dos Censos realizou reuniões com a equipa do BM e, numa ocasião, com os Agentes Censitários, com o objetivo de identificar todas as dificuldades encontradas e fazer correções aos documentos metodológicos, de forma a garantir a sua eficácia na recolha final de dados. Estas actividades tiveram a duração de duas (2) semanas o que resultou numa duração global de seis (6) semanas.

Os principais resultados e dificuldades encontradas durante o Censo Piloto, bem como as soluções dadas em cada caso, foram apresentados ao Conselho Nacional de Estatística na reunião de dia 10 de dezembro de 2021, sexta-feira, realizada na sala de reuniões do então Ministério das Finanças, Economia e Planeamento, onde os membros puderam apreciar o progresso dos trabalhos e fazer recomendações de melhoria, que foram implementadas nas fases seguintes.

1.6.2. Recolha de dados

Uma das alegações apresentadas pelos empresários que se mostraram relutantes em colaborar durante o Censo Piloto foi o facto de não terem sido oficialmente solicitados a prestar informação no âmbito desta operação. Esta situação levou à elaboração de oito mil (8.000) cartas de requisição dirigidas a todas as empresas formais constantes da base de dados constituída na fase de identificação, que lhes foram distribuídas de 12 de julho a 14 de agosto de 2021. Esta atividade desenvolvida pelo Gabinete dos Censos e pelos Agentes Censitários que trabalharam durante a fase de identificação permitiu às empresas familiarizarem-se com as diferentes variáveis do questionário e prepararem os dados antes da chegada dos Agentes Censitários para a sua recolha.

Imagem 3: Formação de Agentes Recenseadores na Região Continental

Na sequência do trabalho de distribuição de cartas, o Gabinete de Recenseamento organizou um seminário de formação para todos os Agentes Censitários e controladores da Região Insular, que decorreu no Centro Cultural Equatoguineense, em Malabo, de 25 a 29 de outubro de 2021, onde foi dada maior ênfase aos conceitos que, de acordo com os resultados do Piloto, não foram bem assimilados pelos Agentes Censitários e Controladores.

A formação na Região Continental decorreu no Centro Cultural Equatoguineense, de 12 a 24 de novembro de 2021, onde os diferentes temas foram abordados com grande profundidade. Os 12 dias de formação na parte continental do país deveram-se ao facto de ser a primeira vez que receberam esta formação, tendo em conta que as equipas da parte insular do país já a tinham recebido durante o Censo Piloto.

Enquanto na Região Insular foram seleccionados vinte e cinco (25) agentes censitários e controladores, na Região Continental foram seleccionados quarenta (40) técnicos para serem agentes censitários e controladores⁶.

Após a formação dos recenseadores e controladores, o Gabinete de Censos organizou a visita de campo, recorrendo à estrutura organizativa utilizada na fase de Identificação, com a exceção de que o pessoal de recolha na Região Continental foi reduzido a quarenta (40) recenseadores e supervisores. Sob a supervisão da Coordenação Nacional, o Chefe do Gabinete dos Censos assumia a função de Coordenador Técnico dos Censos e estava sediado na Região Insular com os supervisores. Por outro lado, o trabalho realizado na Região do Continente estava sob o controlo de um coordenador, membro do Gabinete de Recenseamento, que foi transferido para esta Região para este efeito. As províncias do Centro-Sul, Kie Ntem e Wele Nzás tinham cada uma um Controlador que também actuava como Supervisor. O supervisor de Wele Nzás era também responsável pela província de Djibloho.

O processo de envio dos dados foi idêntico ao utilizado na fase de Identificação. Os questionários preenchidos e validados pelos controladores foram enviados via Internet através da sincronização do

tablet, após o que os dados foram armazenados na base de dados localizada nos servidores do INEGE. Estes questionários enviados foram analisados a partir do SUSO pelos supervisores, que validaram ou refutaram os questionários enviados, conforme o caso. Os questionários refutados pelo supervisor eram devolvidos pelo mesmo mecanismo aos tablets dos agentes correspondentes, que voltavam ao terreno para correção. Os questionários validados pelo supervisor tinham de passar por um processo semelhante junto do Head Quater.

A recolha de dados na Região Insular teve início no dia primeiro (01) de novembro de 2021, com o lançamento oficial em Malabo, presidido pelo Diretor-Geral Adjunto do INEGE, acompanhado pela Inspectora Geral dos Serviços do INEGE, peritos do BM e o chefe do Gabinete do Censo, enquanto o início na Região Continental foi no dia vinte e quatro (24) de novembro de 2021. Esta recolha de dados teve uma duração de seis (6) meses, dois (2) meses acima do tempo inicialmente estabelecido de acordo com o cronograma de actividades.

1.7. Processamento e análise de dados

No final da recolha de dados, os Serviços de Recenseamento receberam formação do Banco Mundial (BM) na utilização do software de análise estatística SPSS, que teve início a 09 de maio de 2022 e teve a duração de quinze (15) dias. Esta formação incidiu sobre técnicas de processamento, análise de consistência e imputação de dados em falta.

Na sequência da formação acima referida e uma vez concluída a recolha de dados, iniciaram-se em agosto de 2022 os trabalhos de depuração da base de dados do I-EC da Guiné Equatorial, que consistiram na análise da consistência dos dados, no preenchimento da informação em falta através da consulta de fontes primárias ou secundárias de informação e, por vezes, na utilização de técnicas de imputação. Após este primeiro trabalho, o Gabinete de Recenseamento recebeu assistência técnica do Observatório Económico e Estatístico da África Subsariana (AFRISTAT), que decorreu de 14 a 24 de março de 2023, através da qual esta Instituição Supranacional realizou um seminário de formação sobre a utilização do SPSS, com ênfase em técnicas eficientes de depuração e análise de dados, o que melhorou a eficiência deste Gabinete na depuração e análise dos resultados.

A análise dos dados teve início em maio de 2023, tendo a equipa dos Serviços de Recenseamento passado, por vezes, noites nas instalações desta Instituição para a realização deste trabalho, o que permitiu a elaboração dos resultados preliminares desta operação estatística, os quais foram apresentados na reunião do Conselho Nacional de Estatística, realizada a 12 de junho do mesmo ano, na sala de reuniões do Ministério das Finanças e dos Orçamentos. Esta fase foi concluída na primeira semana de julho de 2023.

1.8. Dificuldades encontradas

A implementação do I-CE da Guiné Equatorial deparou-se com uma série de dificuldades, entre as quais podemos destacar as seguintes:

- Falta de cooperação por parte de algumas empresas;
- A maioria das empresas classificadas como formais não dispunha de contabilidade e registos organizados, o que dificultou o registo dos dados e levou a um atraso no período de recolha;
- Houve atrasos em algumas entrevistas, uma vez que alguns gestores de empresas estavam ausentes por motivos de viagem;
- A falta de identificação de alguns estabelecimentos (estabelecimentos sem placas de identificação);

- Disponibilidade tardia de fundos autorizados pelo Ordenador Nacional desde maio de 2019, que foram disponibilizados ao INEGE até setembro de 2019;
- Paralisação das actividades de campo dos Censos, com base no Decreto n.º 42/2020, de 31 de março, que declara o Estado de Alarme Sanitário e emite medidas cautelares de prevenção, contenção e controlo da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19) na República da Guiné Equatorial;
- Encerramento de estabelecimentos de lazer económico com base no Decreto n.º 9/2021, de 8 de fevereiro, que adopta novas medidas complementares para a contenção da epidemia de COVID-19 na República da Guiné Equatorial, com base nos artigos 3, 4 e 5, que estabelece o encerramento de bares, pubs, casinos, discotecas e outros locais de lazer por tempo indeterminado;
- Receção tardia do material dos Censos, o que provocou um atraso no início de certas actividades relacionadas com os Censos;
- Prorrogação dos prazos programados para a execução das fases de Identificação das Unidades Económicas, Recenseamento Piloto e Enumeração Censitária, devido à recusa de alguns gestores empresariais em colaborar com o INEGE;
- Dificuldade de recrutamento local de agentes de recenseamento nas províncias de Kie Ntem, Centro-Sul e Wele Nzás;
- Encerramento de alguns estabelecimentos económicos geridos por pessoal estrangeiro sem documentos, devido ao rastreio em massa de estrangeiros entre novembro e dezembro de 2021;
- Encerramento das escolas em conformidade com o Despacho Ministerial n.º 1/2021, de 14 de fevereiro, que determinou o encerramento das escolas de Malabo e Bata durante duas semanas para a contenção da COVID-19, período que foi posteriormente prorrogado;
- Paragem das actividades de identificação devido aos acontecimentos de 7 de março (7M) de 2021.

2

Resultados

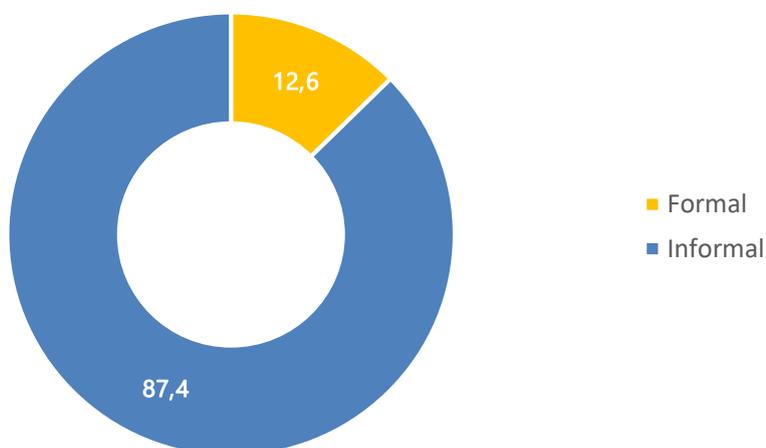
CAPITULO 2: CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS INQUIRIDAS

Este capítulo apresenta um panorama geral da evolução da criação de empresas na Guiné Equatorial, a sua distribuição geográfica, gestão contabilística, forma jurídica, dimensão, antiguidade, distribuição por sectores, entre outros.

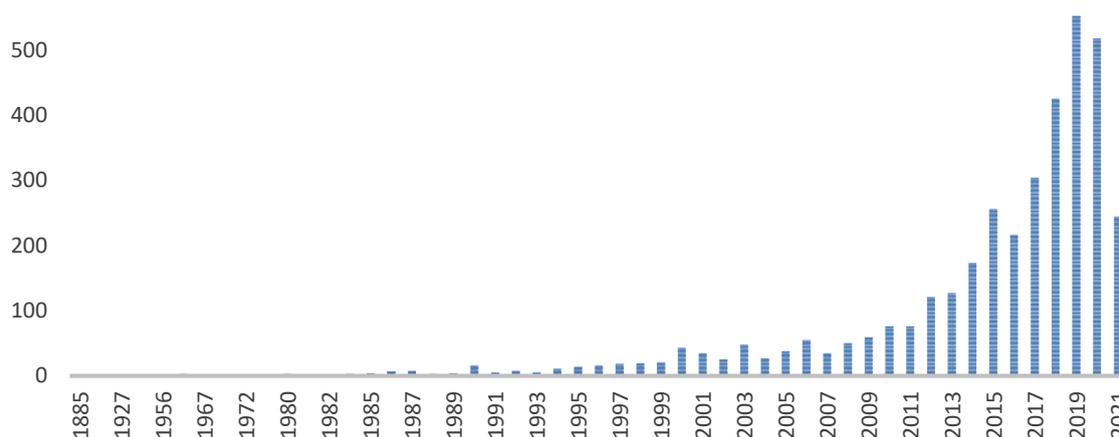
2.1. Empresas recenseadas e formalidade

Durante a fase de mapeamento, foi identificado um total de 31.946 estabelecimentos económicos, dos quais apenas 4.038 são empresas do sector formal, o que representa uma taxa de formalidade de 12,6%.

Gráfico 1: Distribuição das empresas segundo a formalidade (%)



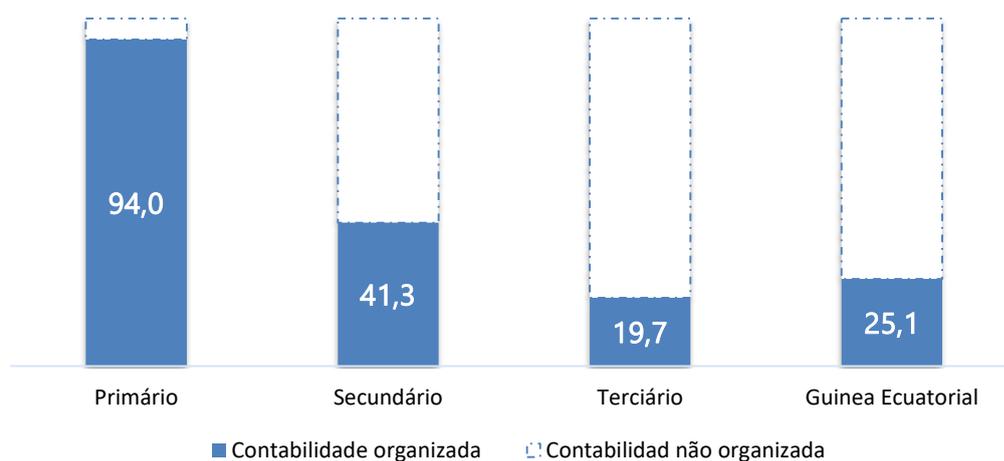
Em seguida, são apresentados os resultados sobre a atividade económica das empresas do sector formal.

Gráfico 2: Evolução do registo comercial na Guiné Equatorial

A criação de empresas na Guiné Equatorial tem vindo a crescer gradualmente ao longo do tempo, atingindo um máximo histórico em 2019 (586), o que poderá ser explicado pela criação da Janela Única Empresarial no mesmo ano.

Por vezes, muitas empresas iniciam as suas actividades antes de estarem formalizadas. No caso da Guiné Equatorial, quase todas (99%) as empresas iniciaram as suas actividades no território nacional depois de completarem o seu registo.

Mais de sete em cada dez empresas que operam no país não dispõem de contabilidade organizada.

Gráfico 3: Distribuição das empresas segundo a sua gestão contabilística por sector (%)

Verifica-se que apenas 25,1% das empresas que operam no país têm contabilidade organizada. Analisando os dados por sector, verifica-se que as empresas do sector primário⁶ organizam a sua

⁶ O sector primário é composto principalmente por empresas de extração de hidrocarbonetos

contabilidade relativamente melhor do que as empresas de outros sectores; mais de 90% das empresas deste sector têm contabilidade organizada. Por outro lado, menos de 20% das empresas do sector terciário têm contabilidade organizada.

2.2. Distribuição geográfica das empresas⁷

Observou-se uma elevada concentração de empresas na província de Bioko Norte, onde das 4.038 empresas registadas, mais de metade (52,9%) estão sediadas nesta província. Litoral vem em segundo lugar, com um total de 949 empresas, representando menos de 25% do total de empresas que operam no país, em terceiro lugar está a província de Wele Nzás com 460 empresas, representando 11,4% do total. As restantes empresas estão sediadas em Annobón, Bioko Sur e Djibloho.

Tabela 1: Empresas por província

Área geográfica	Frequência	Percentagem
Bioko Norte	2.135	52,9
Bioko Sur	18	0,4
Centro Sur	201	5,0
Djibloho	34	0,8
Kie Ntem	228	5,6
Litoral	949	23,5
Wele Nzás	460	11,4
Annobón	13	0,3
Guiné Equatorial	4.038	100,0

A concentração de empresas na província de Bioko Norte deve-se principalmente ao distrito de Malabo, que representa 52% do número total de empresas do país. Os distritos de Bata e Mongomo representam 22,8% e 9,4% do número total de empresas, respetivamente. Os distritos de Annobón, Nsork, Riaba, Oyala e Cogo não têm sequer 10 empresas cada um.

⁷ O elemento de contagem é a sede social

Tabela 2: Empresas por distrito

Distrito	Frequência	Porcentagem
Acurenam	28	0,7
Akonibe	16	0,4
Annobón	13	0,3
Añisok	58	1,4
Baney	53	1,3
Bata	920	22,8
Cogo	6	0,1
Djibloho	29	0,7
Ebebiyin	183	4,5
Evinayong	105	2,6
Luba	14	0,3
Malabo	2.082	51,6
Mbini	23	0,6
Micomiseng	30	0,7
Mongomo	382	9,5
Niefang	68	1,7
Nsok Nsomo	15	0,4
Nsork	4	0,1
Oyala	5	0,1
Riaba	4	0,1
Total	4.038	100,0

2.3. Forma jurídica, antiguidade e dimensão da empresa

Um universo empresarial caracterizado pela predominância de empresas individuais.

Tabela 3: Empresas segundo forma jurídica

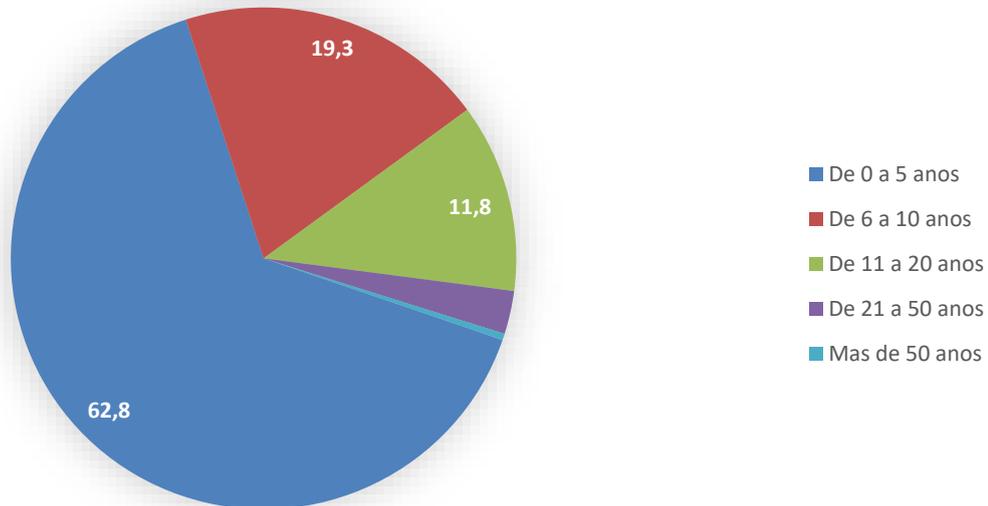
Forma jurídica	Frequência	Porcentagem
Empresa Individual	3.122	77,3
Sociedade Limitada (SL)	640	15,8
Sociedade Anónima (SA)	250	6,2
Outras	26	0,6
Total	4.038	100,0

A Guiné Equatorial caracteriza-se por um tecido empresarial em que a empresa individual é predominante; de facto, cerca de 77% das empresas que operam no país são individuais. As sociedades anónimas representam apenas 6,2%.

Das 4.038 empresas inquiridas, 374 não forneceram informação sobre o ano de início da sua atividade na Guiné Equatorial. Das que forneceram informação sobre esta variável, 62,8%

Gráfico 4: Distribuição das empresas de acordo com a sua antiguidade (%)

estavam a operar no país há menos de 6 anos, enquanto apenas 0,4% das empresas estavam a



operar no país há mais de meio século.

As empresas podem ser classificadas de acordo com a sua dimensão, o que nos permite ter uma visão do tecido produtivo nacional a partir desta perspetiva. Os critérios aqui utilizados para classificar as empresas segundo a sua dimensão são os recomendados pela OHADA, dado que a Guiné Equatorial é membro desta organização. Os pormenores sobre estes critérios são apresentados no quadro seguinte:

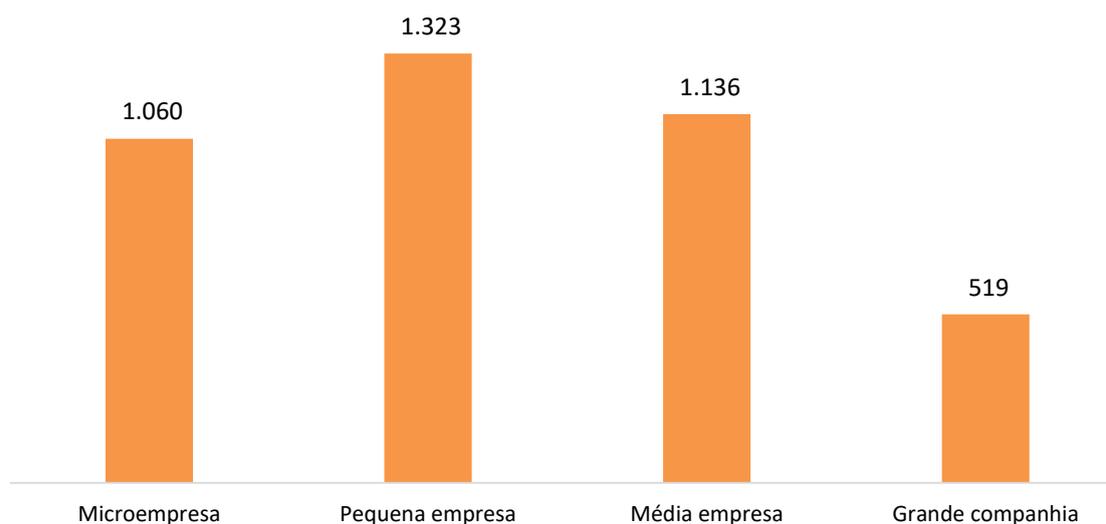
Quadro 3: Classificação das empresas por dimensão segundo a OHADA

A OHADA utiliza critérios quantitativos para a classificação das sociedades, que entraram em vigor em 5 de maio de 2014. Estes critérios são apresentados de como segue:

Critérios quantitativos

- Uma **microempresa** é definida como uma empresa com menos de 10 trabalhadores e um volume de negócios igual ou inferior a trinta (30) milhões de FCFA;
- Uma **pequena empresa** é definida como uma empresa com 30 a 50 trabalhadores e um volume de negócios superior a 30 milhões de FCFA e inferior a 150 milhões de FCFA;
- Uma **média empresa** é definida como uma empresa com menos de 200 trabalhadores e um volume de negócios sem impostos superior a 150 milhões de FCFA e inferior a mil milhões de FCFA.
- Uma **grande empresa** é uma empresa cujo volume de negócios é superior a mil milhões de francos CFAP.

Sublinha-se que, em caso de ambiguidade nos critérios, será retido o critério do volume de negócios.

Gráfico 5: Distribuição das empresas de acordo com a dimensão

Na Guiné Equatorial, quase 7 em cada 10 empresas são Pequenas e Médias Empresas. O número de microempresas a operar no país é mais do dobro do número de grandes empresas.

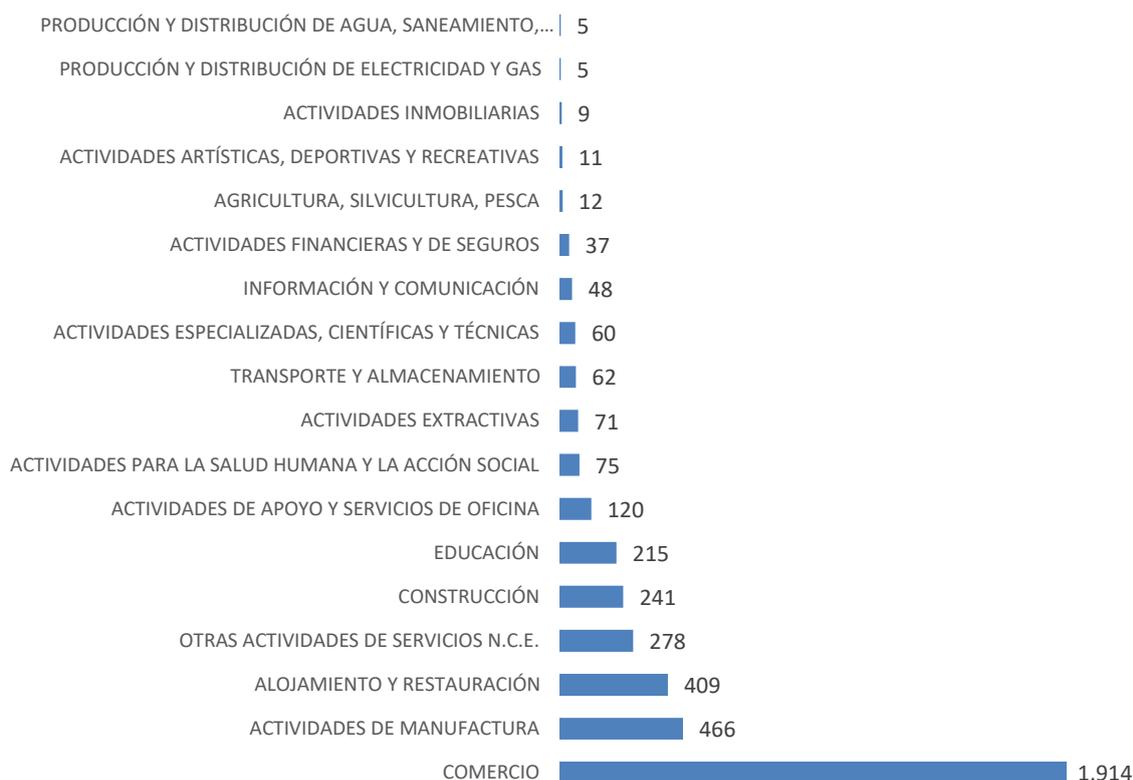
2.4. Distribuição por sector e ramo de atividade

Tabela 4: Repartição das empresas por sector de atividade

Sector	Frequência	Porcentagem
Primário	83	2,1
Secundário	717	17,8
Terciário	3.238	80,2
Total	4.038	100,0

As empresas que operam no território nacional fazem-no nos seus três (3) sectores tradicionais. No entanto, cerca de 80% destas empresas exercem actividades económicas no sector terciário. O sector primário representa apenas 2% do número total de empresas.

Gráfico 6: Repartição das empresas por sector de atividade



De acordo com o gráfico acima, a preponderância de empresas no sector terciário observada acima (quadro 4) é explicada principalmente pela concentração destas empresas na atividade de comércio, onde 1.914 empresas se dedicam a esta atividade, representando 47,4% do total de empresas do país e constituindo mais de metade (59%) do total de empresas do sector terciário.

CAPITULO 3: EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

Este capítulo apresenta os resultados do I-CE relativos ao número de trabalhadores, às características dos gestores ou responsáveis das empresas, à massa salarial e à inscrição dos trabalhadores na segurança social, entre outras condições de trabalho.

3.1. Características dos proprietários de empresas

Tabela 5: Distribuição de empresários por sexo

Tipo de informante	Sexo da fonte de referência			Total
	Não declarado	Homem	Mulher	
Proprietario	-	2.044	751	2.795
Informante	375	659	209	1.243
Total	375	2.703	960	4.038

Entre os informantes que se declararam proprietários de empresas (2.795), 73,1% são homens e 26,9% são mulheres. Perante estes dados, pode dizer-se que, em cada 100 empresários em atividade no país, cerca de 73 são homens e 27 são mulheres.

Tabela 6: : Empresarios por sexo e sector de actividade

Sector de actividade	Sexo do propeietario		Total
	Homem	Mulher	
Primário	20	5	25
Secundário	457	54	511
Terciário	2.226	901	3.127
Total	2.703	960	3.663

No que diz respeito aos sectores de atividade, verifica-se que, no sector primário, 80% das empresas são propriedade de homens e 20% de mulheres. No sector secundário, apenas 10,6% das empresas são detidas por mulheres. No sector terciário, 28,8% das empresas são detidas por mulheres e 71,2% por homens.

Tabela 7: Empresarios por idade

Idade	Número depropietarios	%
Menos de 30 anos	289	12,7
31 a 40 anos	966	42,6
41 a 50 anos	609	26,8
51 a 64 anos	355	15,6
Más de 64 anos	50	2,2
Total	2.269	100,0

Analisando os proprietários por idade, 42,6% dos proprietários têm entre 31 e 40 anos, seguidos pelos que têm entre 41 e 50 anos (26,8%). Menos de 3% dos proprietários de empresas têm idade superior ou igual à idade da reforma (65 anos).

Tabela 8: Clasificación dos empresários por nacionalidade

Nacionalidade	Número de pessoas	%
Ecuatoguineenses	1.415	44,1
CEMAC	373	11,6
Otras nacionalidades	1.418	44,2
Total	3.206	100

A classificação dos proprietários por nacionalidade mostra que os equatoguineenses e as outras nacionalidades não pertencentes à Comunidade Económica dos Países da África Central (CEMAC, por sua sigla em espanhol) têm o maior número de empresas no país, com proporções de 44,1% e 44,2%, respetivamente.

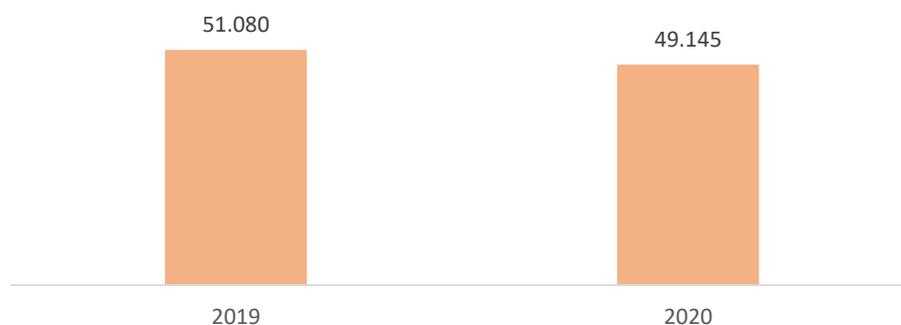
Tabela 9: Distribuição dos empresarios por nacionalidade e sexo

Sexo	Nacionalidade			Total
	Ecuatoguineense	CEMAC	Otras	
Homem	798	256	1.299	2.062
Mulher	617	117	119	807
Total	1.415	373	1.418	2.869

Embora a grande maioria dos empresários sejam homens (71,9%), entre os empresários nacionais 43,7% são mulheres e 56,4% são homens. No entanto, entre as outras nacionalidades, o género masculino é predominante: 91,6% dos empresários de outras nacionalidades são homens e 68,6% dos empresários de outros países da CEMAC também são homens.

3.2. Empleo

Gráfico 7: Evolução do número de empregados



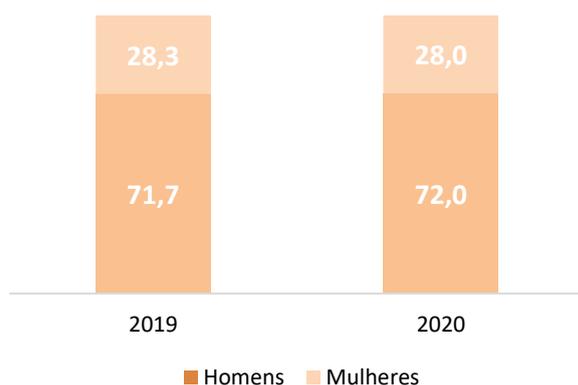
Em 2019, as empresas formais registaram um total de 51.080 trabalhadores; em 2020, este número foi de 49.145, uma queda de 3,8%.

Tabela 10: Distribuição dos empregados por região

Región	2019	%	2020	%	Var.(%)
Continental	11.553	22,6	9.867	20,1	-14,6
Insular	39.527	77,4	39.278	79,9	-0,6
Total	51.080	100	49.145	100	-3,8

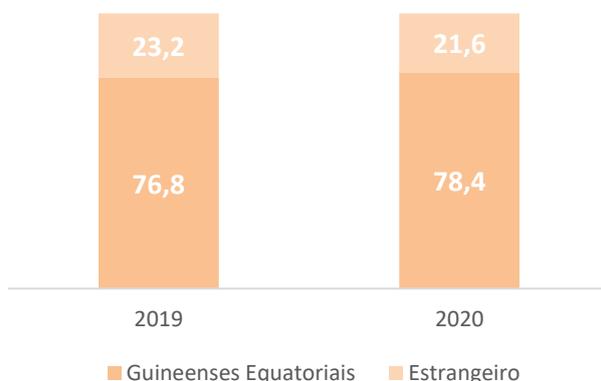
Em 2019, as empresas sediadas na Região Insular tinham nos seus quadros 77,4% dos trabalhadores do sector empresarial nacional, enquanto os restantes estavam empregados em empresas sediadas na Região Continental. Em 2020, o número de trabalhadores do sector empresarial diminuiu 3,8% a nível nacional: queda de 0,6% no efetivo das empresas sediadas na Região Insular e de 14,6% na Região Continental. Tendo em conta esta evolução, no final de 2020, o efetivo das empresas sediadas na Região Insular representava 79,9% do total do número de trabalhadores.

Gráfico 8: Distribuição dos colaboradores por sexo (%)



O quadro de pessoal das empresas que operam no país é constituído por uma força de trabalho em que os homens representam 71,7% e 72% em 2019 e 2020, respetivamente.

Gráfico 9: Distribuição de empregados por nacionalidade (%)



Em 2019, os trabalhadores nativos representavam 76,8% da força de trabalho nas empresas. Esta proporção aumentou em 2020, atingindo 78,4%.

Gráfico 10: Distribuição de empregados por sector de actividade (%)

Em relação ao sector de actividade, verifica-se que, em 2019, o sector primário tinha 5.470 trabalhadores, representando apenas 10,7%, o sector secundário tinha 13.116 trabalhadores (25,7%) e o sector terciário tinha 32.494 (63,9%). Em 2020, estes sectores tinham proporções de 7,7%, 26,2% e 66,1%, respetivamente.

O comércio, atividades de apoio e serviços de escritório e a construção foram os ramos com maior número de trabalhadores nos dois períodos, com as mesmas proporções em 2019 de 19,1%, 18,1% e 13,0%, respetivamente. Em 2020, estas proporções mantiveram-se relativamente constantes; e, entretanto, enquanto as empresas dedicadas às atividades de "Agricultura, silvicultura e pesca" observaram uma redução do pessoal ao serviço de 36,7%, as empresas dedicadas às "Atividades artísticas, desportivas e recreativas" e as empresas dedicadas à "Produção e distribuição de água, saneamento, tratamento de resíduos e descontaminação" aumentaram o seu pessoal ao serviço em 93,7% e 53,6%, respetivamente.

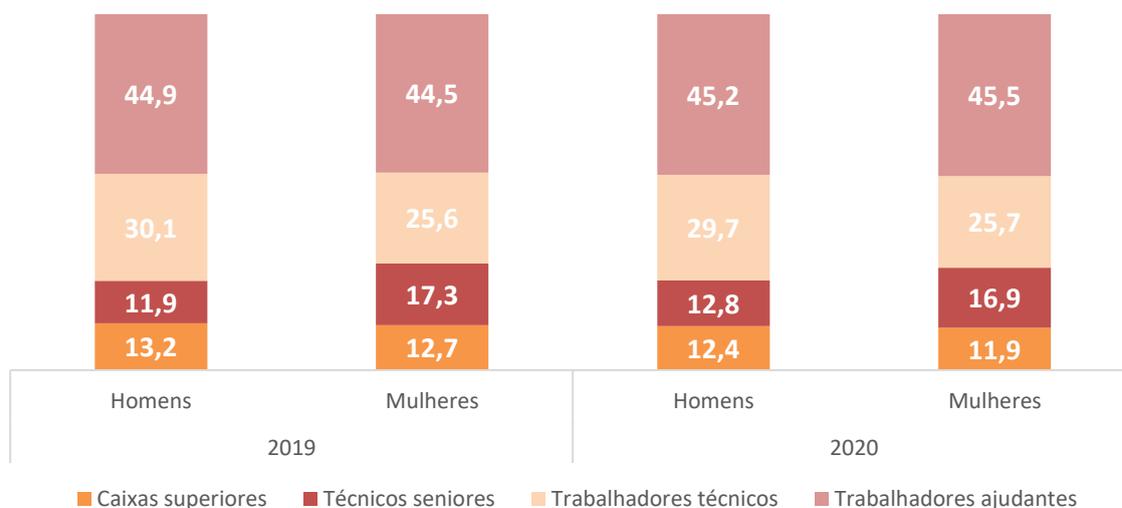
Tabela 11: Empregados por rama de actividade

Rama de actividad	2019	%	2020	%	Var.(%)
Agricultura, silvicultura, pesca	897	1,8	568	1,2	-36,7
Actividades extractivas	4.573	9,0	3.230	6,6	-29,4
Actividades de manufactura	3.412	6,7	3.481	7,1	2,0
Produção e distribuição de electricidade e gas	3.047	6,0	3.024	6,2	-0,8
Produção e distribuição de agua, saneamiento, tratamento de residuos e descontaminação	30	0,1	41	0,1	36,7
Construção	6.627	13,0	6.310	12,8	-4,8
Comercio	9.760	19,1	9.307	18,9	-4,6
Transporte e armazenamento	1.598	3,1	1.720	3,5	7,6
Alojamento e restauração	1.853	3,6	1.925	3,9	3,9
Informação e comunicação	1.837	3,6	1.946	4,0	5,9
Actividades financeiras e de seguros	1.852	3,6	1.856	3,8	0,2
Actividades inmobiliarias	60	0,1	60	0,1	0,0
Actividades especializadas, científicas e técnicas	291	0,6	258	0,5	-11,3
Actividades de apoio e serviços de escritorio	9.246	18,1	9.378	19,1	1,4
Educación	4.407	8,6	4.455	9,1	1,1
Actividades para a saúde humana e acção social	948	1,9	909	1,8	-4,1
Actividades artísticas, desportivas e recreativas	79	0,2	153	0,3	93,7
Outras actividades de serviços n.c.e.	563	1,1	524	1,1	-6,9
Total	51.080	100,0	49.145	100,0	-3,8

Tabela 12: Empregados por nacionalidade e categoría profesional

Categoría	2019		2020	
	Nativos	Estrangeiros	Nativos	Estrangeiros
Quadros superiores	3.662	2.985	4.009	2.002
Técnicos superiores	5.330	1.513	4.975	1.866
Operários técnicos	9.902	4.830	9.728	4.317
Empregados e assistentes	20.337	2.521	19.827	2.421
Total	39.231	11.849	38.539	10.606

Tanto em 2019 como em 2020, predomina a categoria de "empregados e assistentes", com um total de 22.858 empregados em 2019 e 22.248 em 2020, representando 44,7% e 45,3% do total de empregados, respetivamente; no que diz respeito aos estrangeiros, predominam os trabalhadores técnicos em ambos os anos (4.830 em 2019 e 4.317 em 2020), representando cerca de 40% dos empregados estrangeiros, tanto em 2019 como em 2020. Destaca-se ainda o crescimento do número de trabalhadores nativos na categoria de quadros superiores, que foi de 9,5% em 2020, passando de 3.662 para 4.009.

Gráfico 11: Distribuição dos trabalhadores por sexo e por categoria profissional (%)

A categoria de "Empregados/as de escritório e assistentes" é a categoria mais predominante no quadro de pessoal das empresas, tanto entre os homens como entre as mulheres, em ambos os anos. De facto, em 2019 e 2020, a percentagem desta categoria de trabalhadores entre os homens rondava os 45%; situação semelhante foi observada entre o pessoal feminino. Aos "Empregados de escritório e ajudantes" segue-se a categoria "Trabalhadores técnicos", cuja proporção ronda os 30% entre os homens e os 25% entre as mulheres em ambos os anos.

Tabela 13: Empregados por sexo e nacionalidade

Sector	2019	2020	2020
Primário	62	50	50
Secundário	18	18	18
Terciário	10	10	10

Tabela 14: Número médio de trabalhadores por sector de atividade

Sexo	2019		2020	
	Nativos	Estrangeiros	Nativos	Estrangeiros
Homens	26.549	10.071	26.366	9.003
Mulheres	12.682	1.778	12.173	1.603
Total		11.849	38.539	10.606

Em 2019, os trabalhadores nacionais do sexo masculino representavam 67,7% do total de trabalhadores nacionais e os do sexo feminino 32,3%, estrutura semelhante à observada em 2020. De igual modo, a estrutura dos trabalhadores estrangeiros manteve-se constante em ambos os anos, com os homens a representarem cerca de 85,0% e as mulheres cerca de 15%.

O sector primário é o sector com maior número médio de trabalhadores por empresa em 2019-2020, com uma média de 62 trabalhadores em 2019 e 50 em 2020, uma quebra de 30,7% em média comportamento diferente registrado tanto no sector secundário como no terciário, onde o número médio de trabalhadores manteve-se relativamente constante.

3.3. Massa Salarial

A massa salarial de uma entidade ou empresa refere-se ao total de salários pagos aos seus trabalhadores num determinado período de tempo. A mesma definição pode ser alargada ao número total de empresas de uma economia, de um sector ou de um ramo de atividade.

Tabela 15: Massa salarial por sexo do empregado (miles de milhões de FCFA)

Sexo	Massa salarial				
	2019	%	2020	%	Var.(%)
Homens	151,3	73,6	276,9	74,1	83,1
Mulheres	54,2	26,4	96,9	25,9	78,7
Total	205,5	100	373,9	100	81,9

Os resultados deste Censo mostram que 373,9 mil milhões de FCFA foram desembolsados em 2020 pelas empresas para salários pagos aos seus trabalhadores, 81,9% mais do que em 2019 (205,5 mil milhões de FCFA). Do total dos salários pagos nos dois períodos, pouco mais de 73% foram pagos a trabalhadores do sexo masculino e cerca de 27% a trabalhadores do sexo feminino, o que poderá ser explicado pelo elevado número de trabalhadores do sexo masculino nos efectivos das empresas.

Tabela 16: Massa salarial por sector de actividade (miles de milhões de FCFA)

Sector	2019	%	2020	%	Var.(%)
Primário	84,5	41,1	177,4	47,4	110
Secundário	52,7	25,6	115,2	30,8	118,6
Terciário	68,4	33,3	81,3	21,8	19
Total	205,5	100	373,9	100,0	81,9

O sector primário fornece a maior massa salarial em ambos os anos; de facto, a massa salarial deste sector registou proporções de 41,1% e 47,4% da massa salarial global do tecido empresarial em 2019 e 2020, respetivamente. Em 2020, 30,8% do total de salários pagos foram auferidos por trabalhadores do sector secundário, uma diminuição de 5,2 pontos percentuais em relação à proporção observada em 2019.

Tabela 17: Massa salarial por sector actividade (em miles de milhões de FCFA)

Actividad	Masa Salarial				
	2019	%	2020	%	Var.(%)
Agricultura, silvicultura e pesca	2,4	1,2	1,5	0,4	-35,8
Actividades extractivas	82,1	39,9	175,9	47	114,2
Actividades de manufactura	23,8	11,6	61,6	16,5	158,9
Produção e distribuição de electricidade e gas	15,4	7,5	12,8	3,4	-16,9
Produção e distribuição de água, saneamento, tratamento de residuos e descontaminação	0,1	0	0,1	0	71,2
Construção	13,4	6,5	40,6	10,9	203,6
Comercio	15,7	7,6	15,7	4,2	0,3
Transporte e armazenamento	6,7	3,3	14,6	3,9	116,4
Alojamento restauração	4,5	2,2	4,7	1,3	2,9
Informação e comunicação	8	3,9	7,1	1,9	-11,2
Actividades financeiras e de seguros	7,6	3,7	10,3	2,8	35,8
Actividades inmobiliarias	0,1	0	0,1	0	5,6
Actividades especializadas, científicas e técnicas	2,1	1	2,9	0,8	38,7
Actividades de apoio e serviços de escritorio	12,6	6,1	14	3,8	11,5
Educação	7,6	3,7	6,7	1,8	-12,1
Actividades para a saúde humana e acção social	2,6	1,3	4,4	1,2	68,6
Actividades artísticas, desportivas e recreativas	0,1	0,1	0,2	0,1	90,6
Outras actividades de serviços n.c.e.	0,7	0,3	0,6	0,2	-19,5
Total	205,5	100	373,9	100	81,9

As empresas das actividades extrativas, apesar de representarem apenas 1,8% do total de empresas, geram uma massa salarial mais elevada do que as outras empresas; com efeito, a massa salarial auferida pelos trabalhadores dessas empresas representou 39,9% e 47,0% em 2019 e 2020, respetivamente. Em segundo lugar estão as empresas das actividades da indústria transformadora, cuja massa salarial representa 11,6% e 16,5% do total da massa salarial do setor empresarial em 2019 e 2020, respetivamente.

Tabela 18: Massa salarial segundo a forma jurídica (em miles de milhões de FCFA)

Forma jurídica	Masa salarial				
	2019	%	2020	%	Var.(%)
Empresa Individual	15,9	7,7	15,9	4,3	0,3
Sociedade Limitada(SL)	65,7	32,0	198,2	53,0	201,6
Sociedade Anónima (SA)	122,6	59,7	158,5	42,4	29,2
Outras	1,3	0,6	1,3	0,3	-0,1
Total	205,5	100,0	373,9	100,0	81,9

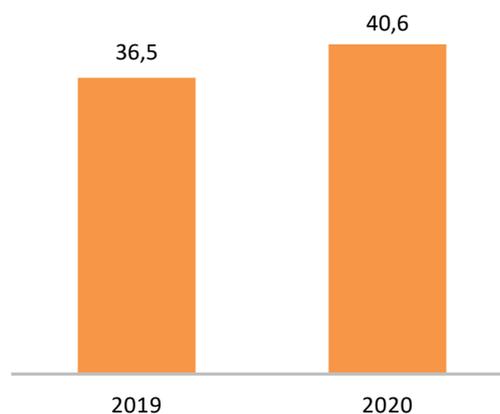
De acordo com a forma jurídica das empresas, verifica-se que, em 2019, quase 60% da massa salarial foi proveniente de Sociedades Anónimas e 32% de Sociedades Limitadas, em 2020, esta situação inverte-se, com 53,0% da massa salarial a ser proveniente de sociedades limitadas e 42,4% de Sociedades Anónimas.

3.4. Cotizações sociais

Gráfico 13: Proporção de trabalhadores declarados ao INSESO por sector de atividade (%)



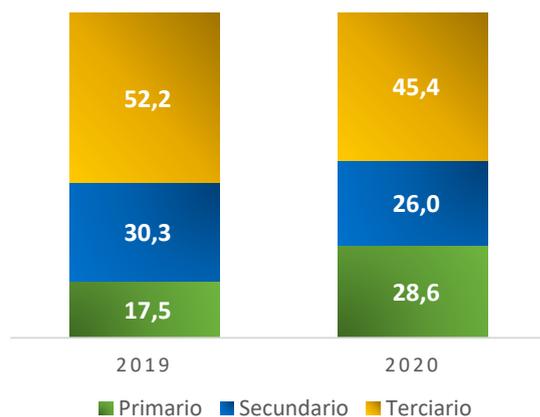
Gráfico 12: Empregados declarados ao INSESO (%)



Dos 51.080 funcionários da empresa em 2019, apenas 36,5% foram declarados ao INSESO; enquanto, em 2020, dos 49.145 funcionários, 40,6% foram declarados ao INSESO. Nesse sentido, o número de funcionários segurados no INSESO em 2020 registrou um aumento de 7,1%.

Entre os setores de atividade económica, a maior proporção de trabalhadores declarados à INSESO encontra-se no setor terciário (65,9% em 2019 e 69,9% em 2020) seguido do setor secundário (21,9% em 2019 e 19,8% em 2020).

Gráfico 14: Distribuição das cotizações para a segurança social por sector de atividade (%)



Em 2019, as empresas do sector primário fizeram mais de metade das contribuições (52,1%), seguidas das do sector secundário (30,3%); enquanto, em 2020, as do sector terciário representaram 45,4% e as do sector primário 28,6%.

O total das cotizações em 2020 Aumentou em 58,8%, ao passar de 20,1 mil milhões de FCFA em 2019 a 31,9 mil milhões de FCFA em 2020.

3.5. Formação, investigação e desenvolvimento do pessoal

Esta secção apresenta informação sobre a formação do pessoal das empresas, evidenciando a imagem das empresas em relação à investigação. Recorda-se ao leitor que apenas são analisadas as empresas que responderam às variáveis em análise nesta secção para cada período.

Tabela 19: Proporção de empresas que investiram na formação do pessoal, por sector

Sector de actividade	2019			2020		
	Formação ¹⁰	Total	%	Formação	Total	%
Primário	28	82	34,1	22	83	26,5
Secundario	36	630	5,7	26	686	3,8
Terciario	83	2.600	3,2	126	3.047	4,1
Total	147	3.312	4,4	174	3.816	4,6

Em 2019, apenas 4,4% das empresas realizaram despesas com formação de pessoal, proporção que se manteve relativamente constante em 2020 (4,6%). O setor primário foi o setor que mais formou o seu pessoal em ambos os períodos, com proporções de 34,1% e 26,5% em 2019 e 2020, respetivamente.

Tabela 20: Proporção de empresas que investiram na investigação, por sector

Sector de actividade	2019			2020		
	I+D	Total	%	I+D	Total	%
Primario	14	82	17,1	2	83	2,4
Secundário	11	630	1,7	8	686	1,2
Terciário	25	2.600	1,0	44	3.047	1,4
Total	50	3.312	1,5	54	3.816	1,4

Em termos de despesas de investigação, observa-se que apenas 1,5% das empresas reportaram ter incorrido em despesas de investigação em 2019, tendo diminuído para 1,4% em 2020. Ao nível setorial, a proporção de empresas do sector primário que realizaram despesas em investigação diminuiu de 17,1% em 2019 para 2,4% em 2020. Estas proporções foram de 1,7% e 1,2% em 2019 e 2020, respetivamente para o setor secundário; enquanto no setor terciário, estas proporções foram de 1,0% e 1,4%.

Tabela 21: Proporção de empresas que investiram na formação do pessoal, por dimensão

Tamanho	2019			2020		
	Formação	Total	%	Formação	Total	%
Microempresas	13	916	1,4	19	998	1,9
Pequenas empresas	21	999	2,1	26	1.280	2,0
Médias empresas	39	873	4,5	44	1.009	4,4
Grandes empresas	74	524	14,1	85	529	16,1
Total	147	3.312	4,4	174	3.816	4,6

As grandes empresas são as que relativamente formaram o seu pessoal em ambos os anos; de facto, das 147 empresas que formaram o seu pessoal em 2019, 50,3 % pertenciam a este grupo e esta proporção caiu para 48,9 % em 2020

Tabela 22: Proporção de empresas que investem em investigação por dimensão

Tamaño	2019			2020		
	Formación	Total	%	Formación	Total	%
Microempresas	13	916	1,4	19	998	1,9
Pequenas empresas	21	999	2,1	26	1.280	2,0
Médias empresas	39	873	4,5	44	1.009	4,4
Grandes empresas	74	524	14,1	85	529	16,1
Total	147	3.312	4,4	174	3.816	4,6

As grandes empresas representaram mais de metade (54,0%) das empresas que comunicaram despesas em investigação em 2019; esta proporção diminuiu ligeiramente para 42,6% em 2020.

Tabela 23: Despesas com a formação do pessoal por dimensão (em miles milhões de FCFA)

Tipo de gasto	2019	%	2020	%	Var.(%)
Investigação e desenvolvimento	519,1	60,8	4,9	0,6	-99,1
Formação do pessoal	334,9	39,2	822,8	99,4	145,7
Total	854	100	827,8	100	-3,1

Em termos de despesas em ambas as componentes, verifica-se um decréscimo conjunto de 3,1% entre 2019 e 2020, de 854 mil milhões de F FCA para 828 mil milhões de F FCA, devido ao

declínio acentuado das despesas de investigação (99,1%), apesar de uma recuperação das despesas de formação (145,7%).

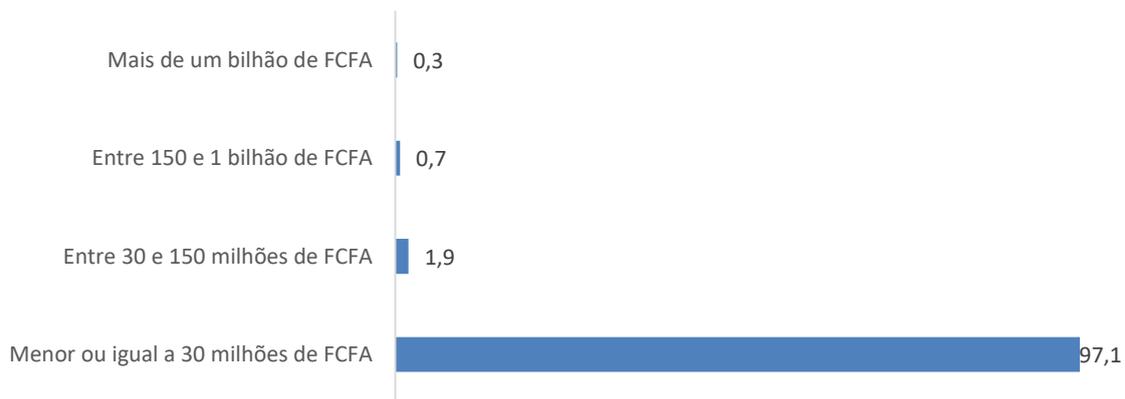
CAPÍTULO 4: SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS EMPRESAS

Este capítulo analisa os indicadores característicos da situação económica das empresas, a análise do capital social e o volume de negócios das empresas.

4.1. Análise do capital social das empresas

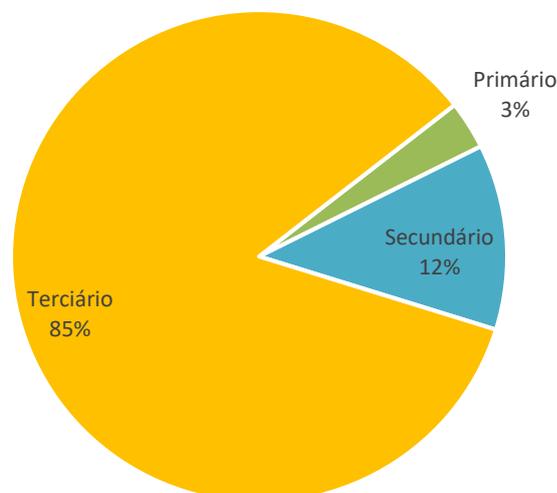
O capital social de uma empresa é o montante total das contribuições em espécie e em dinheiro dos sócios ou accionistas. É um indicador para definir a dimensão de uma empresa.

Gráfico 15: Repartição das empresas segundo o capital social inicial (%)



Com base na análise do capital social, verifica-se que não é necessário dispor de grandes recursos para criar uma empresa. De facto, das 4.038 empresas recenseadas, 3.746 declararam o seu capital no momento da criação; destas, menos de 3% começaram com um capital superior a 30 milhões de FCFA, enquanto as restantes empresas (97,1%) começaram com um investimento inferior ou igual a 30 milhões de FCFA.

Gráfico 16: Distribuição do capital social inicial por sector de atividade (%)



O sector terciário é o depositário da maior contribuição para o investimento inicial das empresas que operam no território nacional; de facto, cerca de 85% do capital pertenceu a este sector,

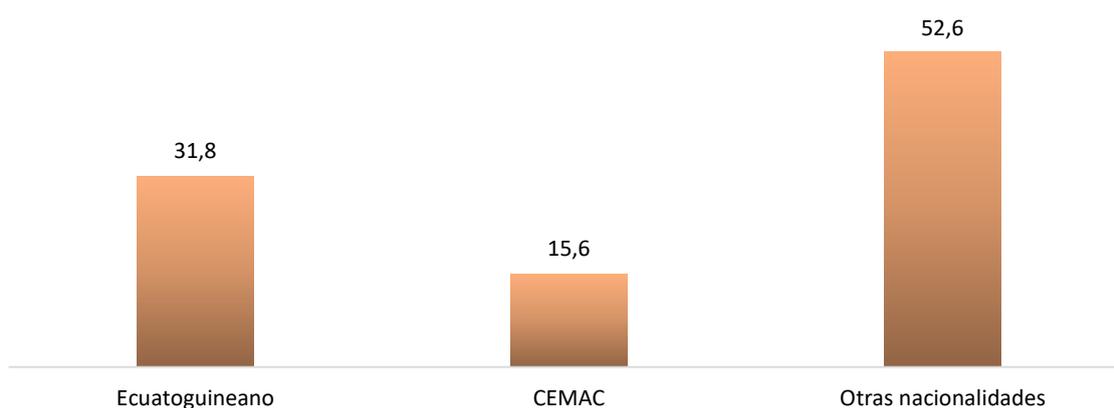
enquanto que o capital com que os restantes sectores começaram representou 15,4% do capital inicial total.

Gráfico 17: Distribuição do capital social inicial por ramo de atividade (%)



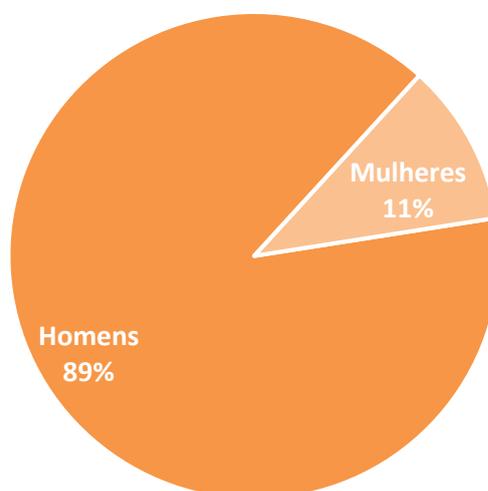
As actividades financeiras e de seguros, o comércio e os serviços de informação e comunicação representaram uma grande parte do capital inicial, com proporções de 32,1%, 20,2% e 11,2%, respetivamente.

Gráfico 18: Distribuição do capital social inicial de acordo com a nacionalidade do proprietário (%)



Mais de metade (52,6%) do capital inicial das empresas que forneceram dados de propriedade era detido por estrangeiros de países fora da CEMAC, enquanto os nacionais são responsáveis por apenas 31,8% do capital social inicial das empresas que operam no país.

Gráfico 19: : Distribuição do capital social inicial em função do sexo do empresário (%)



A análise do capital de arranque por género mostra que os homens representam 89% do capital de arranque, em comparação com 11% para as mulheres.

4.2. Volume de negócios

Os dados recolhidos no I-CE da Guiné Equatorial mostram que o volume de negócios diminuiu 23,1 % entre 2019 e 2020, passando de 7,1 mil milhões de FCFA para 5,5 mil milhões de FCFA. Esta queda no volume de negócios está principalmente associada ao efeito da COVID-19 na atividade económica nacional durante 2020.

4.2.1. Distribuição geográfica do volume de negócios

Por área geográfica, verifica-se uma forte concentração do volume de negócios na Região Insular em 2019 e 2020, com 82,1% e 85,1% do volume de negócios total, respetivamente.

Tabela 24: Volume de negócios por área geográfica (em milhões de F CFA)

Área geográfica	2019	%	2020	%	Var.(%)
Região Insular	5.829.362,5	82,1	4.650.232,4	85,1	-20,2
Bioko Norte	5.827.203,1	82,1	4.649.083,7	85,1	-20,2
Bioko Sur	1.886,3	0,0	866,7	0,0	-54,1
Annobón	273,1	0,0	282,0	0,0	3,3
Região Continental	1.270.713,6	17,9	812.719,8	14,9	-36,0
Centro Sur	33.820,3	0,5	21.789,9	0,4	-35,6
Djibloho	5.196,2	0,1	3.237,7	0,1	-37,7
Kie Ntem	101.647,2	1,4	43.652,0	0,8	-57,1
Litoral	1.050.205,8	14,8	706.097,9	12,9	-32,8
Wele Nzás	79.844,1	1,1	37.942,2	0,7	-52,5
Nacional	7.100.076,1	100,0	5.462.952,2	100,0	-23,1

A concentração da atividade na Região Insular centra-se principalmente na província de Bioko Norte, onde se atribui uma concentração média do volume de negócios de cerca de 99,9% do volume de negócios gerado na região e 82,1% do volume de negócios nacional; uma situação que poderia ser explicada pelo facto de a maioria das empresas estar sediada em Malabo, a capital do país. A província do Litoral é o outro pólo de empresas que gera o maior volume de negócios com 14,8% do valor global e 84,8% do valor da Região Continental.

A nível distrital, entre os principais pólos de atração de empresas geradoras de atividade económica significativa, destacam-se o distrito de Malabo, cujo volume de negócios representa cerca de 94,6% do da Região Insular e 79,1% do volume de negócios nacional, e o distrito de Bata, que é o segundo pólo de atividade económica mais importante do país, representando 84,2% do volume de negócios anual da Região Continental e 13,8% do volume de negócios nacional.

Tabela 25: Evolução do volume de negócios por distrito (em miles de milhões de F CFA)

Distrito	2019	%	2020	%	Var.(%)
Acurenam	4.566,1	0,1	1.726,3	0,0	-62,2
Akonibe	1.750,1	0,0	1.524,8	0,0	-12,9
Annobón	273,1	0,0	282,0	0,0	3,3
Añisok	13.836,2	0,2	9.022,4	0,2	-34,8
Baney	309.887,1	4,4	251.423,3	4,6	-18,9
Bata	1.043.876,3	14,7	701.694,9	12,8	-32,8
Cogo	4.191,6	0,1	3.554,2	0,1	-15,2
Ebibeyin	86.201,5	1,2	36.811,0	0,7	-57,3
Evinayong	20.674,7	0,3	14.000,9	0,3	-32,3
Luba	1.802,3	0,0	786,1	0,0	-56,4
Malabo	5.517.316,0	77,7	4.397.660,3	80,5	-20,3
Mbini	2.137,9	0,0	848,9	0,0	-60,3
Micomiseng	11.187,4	0,2	5.154,6	0,1	-53,9
Mongomo	64.074,2	0,9	27.065,2	0,5	-57,8
Niefang	8.579,5	0,1	6.062,7	0,1	-29,3
Nsok Nsomo	4.258,3	0,1	1.686,4	0,0	-60,4
Nsork	183,6	0,0	329,9	0,0	79,7
Oyala	5.196,2	0,1	3.237,7	0,1	-37,7
Riaba	84,0	0,0	80,6	0,0	-4,0
Nacional	7.100.076,1	100,0	5.462.952,2	100,0	-23,1

4.2.2. Volume de negócios por forma jurídica e estatuto de propriedade

O estatuto de propriedade de uma empresa refere-se a quem é proprietário da(s) empresa(s). Para efeitos da presente operação estatística, a classificação utilizada reparte os proprietários das empresas da seguinte forma: empresa privada nacional, empresa privada estrangeira, empresa pública e empresa mista.

A forma jurídica de uma empresa é a modalidade jurídica que um profissional ou uma empresa escolhe para exercer uma atividade económica. Afecta as obrigações fiscais e contabilísticas, a inscrição na segurança social e a responsabilidade perante terceiros.

Tabela 26: Volume de negócios por forma jurídica (milhões de FCFA)

Forma jurídica	2019	%	2020	%	Var.(%)
Empresa Individual	892.989,90	12,6	539.461,70	9,9	-39,6
Sociedade Limitada	3.055.803,90	43	2.299.493,70	42,1	-24,7
Sociedade Anónima	3.088.470,00	43,5	2.576.562,20	47,2	-16,6
Outras	62.812,40	0,9	47.434,50	0,9	-24,5
Total	7.100.076,10	100	5.462.952,20	100	-23,1

Os dados mostram que as empresas constituídas como sociedades anónimas foram as principais geradoras de volume de negócios em 2019 com 43,5%, seguidas das sociedades limitadas com 43,0%, dos empresários em nome individual com 12,6% e o restante foi gerado por outras formas jurídicas. Em relação a 2020, a preponderância das Sociedades Anónimas na geração de volume de negócios aumentou para 47,2%, em detrimento do volume gerado pelas Sociedades Limitadas e sociedades unipessoais, que diminuiu para 42,1%.

4.2.3. Volume de negócios por dimensão e antiguidade das empresas

Tabela 27: Cifra de negocios según el tamaño de las empresas (millones de F CFA)

Tamanho da empresa	2019	%	2020	%	Var. (%)
Micro-empresas	14.539,80	0,2	15.328,10	0,3	5,4
Pequena empresas	70.523,40	1	90.040,00	1,6	27,7
Médias empresas	303.017,40	4,3	309.357,20	5,7	2,1
Grandes empresas	6.711.995,50	94,5	5.048.226,90	92,4	-24,8
Total	7.100.076,10	100	5.462.952,20	100	-23,1

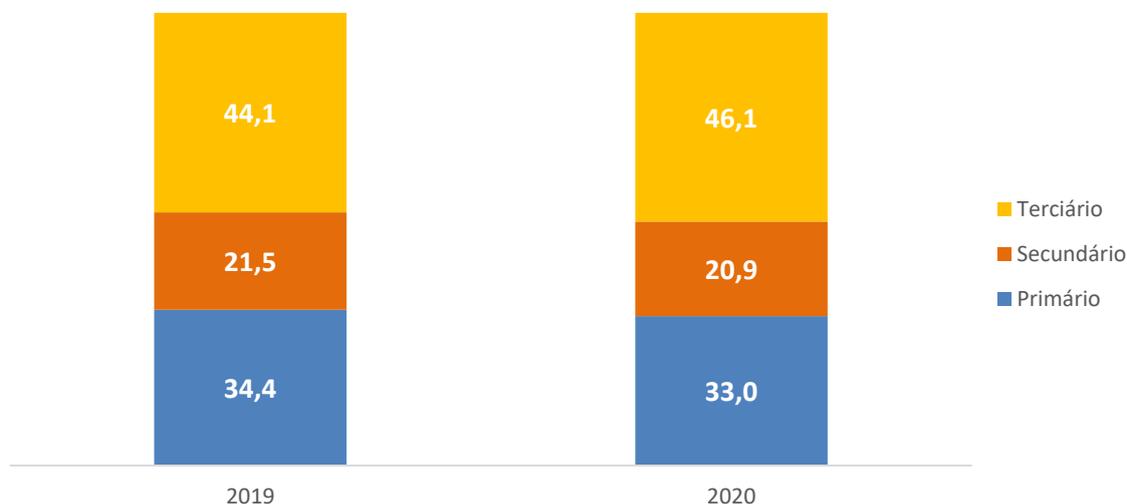
As grandes empresas, apesar de serem pouco numerosas no tecido empresarial nacional (12,8%), geraram a quase totalidade do volume de negócios global em ambos os anos; onde representaram 94,5% e 92,4% em 2019 e 2020, respetivamente. As PME, por outro lado, geraram apenas 5,5% do volume de negócios em 2019 e 7,7% em 2020.

Por outro lado, enquanto o volume de negócios das grandes empresas caiu 24,8% em 2020, as actividades das pequenas empresas melhoraram consideravelmente, registando um aumento do volume de negócios de 27,7%.

4.2.4. Volume de negócios por sector de atividade

A análise do volume de negócios por sectores económicos tradicionais mostra que, em média, as empresas do sector terciário geraram 45,1% do volume total, seguidas pelas empresas do sector primário com 33,7% e, por último, as empresas do sector secundário com 21,2%.

Gráfico 20: Estrutura do volume de negócios por sector (%)



Em 2020, o volume de negócios das empresas do sector primário diminuiu 26,2%, passando de 2,4 bilhões de francos CFAF para 1,8 bilhões de francos CFAF. Este comportamento do volume de negócios das empresas do sector é explicado pela queda acentuada do volume de negócios das empresas que se dedicam à Agricultura, Silvicultura, Pesca (-54,1%) e às Actividades Extractivas (26,0%), em resultado das medidas de contenção da COVID na atividade florestal e na produção de petróleo bruto, o principal produto do sector.

O sector secundário, por outro lado, contraiu 25,1% em 2020, uma queda explicada pelos efeitos da COVID nas actividades da indústria transformadora (-19,6%) e nas actividades de produção e distribuição de eletricidade e gás (-87,7%).

O sector terciário teve um desempenho melhor do que os outros sectores, com uma queda de 19,6%, principalmente devido a uma queda de 34,7% nas actividades comerciais, embora amortecida por um forte aumento nos serviços de alojamento e restauração (478,3%).

As actividades extractivas e o comércio geraram mais de metade do volume de negócios global em cada período de referência. A agricultura, a silvicultura e a pesca geraram um volume de negócios relativamente nulo, com quotas inferiores a 0,5% do total.

O sector não petrolífero gerou mais de metade do volume de negócios em ambos os anos, com quotas de 55,4% e 56,5% em 2019 e 2020, respetivamente. Por outro lado, tanto o sector petrolífero como o não petrolífero registaram quebras no volume de negócios em 2020 com valores de 24,9% e 21,6%.

Tabela 28: Volume de negócios por atividade económica (milhões de FCFA)

Actividade	2019	%	2020	%	Var. (%)
Petrolero	3.163.957,9	44,6	2.377.080,9	43,5	-24,9
No petrolero	3.936.118,3	55,4	3.085.871,2	56,5	-21,6
Sector primário	2.441.395,7	34,4	1.801.768,2	33,0	-26,2
Agricultura, silvicultura, pesca	20.793,3	0,3	9.539,8	0,2	-54,1
Actividades extractivas	2.420.602,3	34,1	1.792.228,4	32,8	-26,0
Sector secundário	1.524.558,3	21,5	1.141.195,6	20,9	-25,1
Actividades de manufactura	806.283,8	11,4	647.923,8	11,9	-19,6
Produção e distribuição de eletricidade e gás	252.624,4	3,6	31.174,4	0,6	-87,7
Produção e distribuição de água, saneamento, tratamento de resíduos e descontaminação	894,4	0,0	3.114,5	0,1	248,2
Construcción	464.755,8	6,5	458.983,0	8,4	-1,2
Sector terciário	3.134.122,2	44,1	2.519.988,4	46,1	-19,6
Comercio	2.170.010,0	30,6	1.416.160,2	25,9	-34,7
Transporte e armazenamento	89.519,3	1,3	72.199,6	1,3	-19,3
Alojamento e restauração	91.894,8	1,3	531.410,1	9,7	478,3
Informação e comunicação	231.514,3	3,3	88.075,5	1,6	-62,0
Actividades financeiras e de seguros	317.906,3	4,5	249.088,6	4,6	-21,6
Actividades imobiliarias	4.475,0	0,1	1.742,2	0,0	-61,1
Actividades especializadas, científicas e técnicas	21.232,8	0,3	17.456,1	0,3	-17,8
Actividades de apoio e serviços de oficina	56.285,4	0,8	39.510,0	0,7	-29,8
Educação	108.913,8	1,5	59.308,5	1,1	-45,5
Actividades para a saúde humana e a acção social	20.718,0	0,3	18.370,6	0,3	-11,3
Actividades artísticas, desportivas e recreativas	1.273,6	0,0	3.380,5	0,1	165,4
Outras actividades de serviços n.c.e.	20.378,7	0,3	23.286,5	0,4	14,3
Total	7.100.076,1	100,0	5.462.952,2	100,0	-23,1

CAPÍTULO 5: DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DESEMPENHO DA ACTIVIDADE

Este capítulo apresenta as despesas e os rendimentos, bem como o desempenho das empresas recenseadas durante o período de observação.

5.1. Receitas

Tabela 29: Receitas de exploração (em milhões de FCFA)

Estructura de Receitas	2019	%	2020	%	Var.(%)
Receitas de exploração	7.102.974,30	99,4	5.463.376,30	99,7	-23,1
Venda de mercadorias	3.018.996,60	42,2	1.757.439,70	32,1	-41,8
Trabalhos ou serviços vendidos	1.590.914,60	22,3	1.487.682,80	27,1	-6,5
Rendimentos de rendas	5.002,80	0,1	4.526,00	0,1	-9,5
Productos fabricados	2.452.234,70	34,3	2.111.986,30	38,5	-13,9
Subvenção de funcionamento	2.898,20	0	424,1	0	-85,4
Outras receitas de exploração	32.927,40	0,5	101.317,30	1,8	207,7
Receitas financeiras	44.611,90	0,6	17.129,50	0,3	-61,6
Juros e dividendos	11.537,50	0,2	6.245,90	0,1	-45,9
Rendimentos financeiros	33.074,50	0,5	10.883,60	0,2	-67,1
Outras receitas	60.815,70	0,9	617,3	0	-99
Total	7.147.586,20	100	5.480.505,80	100	-23,3

As receitas totais das empresas caíram 23,3 % em 2020, passando de 7,1 biliões de FCFA em 2019 para 5,5 biliões de FCFA em 2020. As receitas operacionais, que representaram quase todas as receitas globais em ambos os períodos, caíram 23,1 %.

5.2. Despesas

Tabela 30: Custos de exploração (em milhões de FCFA)

Estructura de despesas	2019	%	2020	%	Var.(%)
Despesas de exploração	1.284.064,40	54,9	2.049.599,80	64,5	59,6
Despesas com mercadorias	378.414,60	16,2	512.443,80	16,1	35,4
Despesas de pessoal	569.150,50	24,4	1.238.623,40	39	117,6
Despesas diversas	336.499,30	14,4	298.532,70	9,4	-11,3
Despesas financeiras	310.548,10	13,3	138.647,10	4,4	-55,4
Encargos bancários	302.489,60	12,9	130.048,10	4,1	-57
Juros sobre dividendos	8.058,60	0,3	8.599,00	0,3	6,7
Juros de divisas	742.639,90	31,8	991.576,60	31,2	33,5
Outros custos	742.639,90	31,8	991.576,60	31,2	33,5
Impostos	2.337.252,50	100	3.179.823,60	100	36
Total	2.337.252,40	100	3.179.823,50	100	36

As despesas totais da empresa aumentaram 36% em 2020, passando de 1,3 biliões de FCFA em 2019 para 2,0 biliões de FCFA em 2020. As despesas operacionais aumentaram 59,6%, tendo representado 54,9% em 2019 e 64,5% das despesas totais em 2020. Entretanto, as despesas com pessoal aumentaram 117,6 % em 2020. As despesas financeiras foram reduzidas em mais de metade (-55,4%), com os encargos bancários a representarem a maior parte destas despesas em 2020.

5.3. Desempenho empresarial

1.8.1. Evolução do valor acrescentado

O I-CE revela que o tecido empresarial nacional registou um declínio no seu valor agregado de 2,6%, de 4,8 biliões de FCFA em 2019 para 4,7 biliões de FCFA em 2020; o que pode ser explicado pelos efeitos da COVID-19, uma consequência das restrições governamentais que afectaram as empresas.

Tabela 31: Valor agregado por área geográfica (em milhões de F CFA)

Área geográfica	2019	%	2020	%	Var.(%)
Região Insular	5.356.118	82,4	4.098.105	86,4	-23,5
Bioko Norte	5.354.162	82,3	4.097.203	86,4	-23,5
Bioko Sur	1.686	0,0	653	0,0	-61,3
Annobón	270	0,0	249	0,0	-7,8
Região Continental	1.145.824	17,6	643.417	13,6	-43,8
Litoral	932.574	14,3	543.236	11,5	-41,7
Centro Sur	32.500	0,5	20.944	0,4	-35,6
Wele Nzas	76.665	1,2	35.188	0,7	-54,1
Djibloho	3.261	0,1	1.261	0,0	-61,3
Kie Ntem	100.824	1,6	42.788	0,9	-57,6
Guiné Equatorial	6.501.942	100,0	4.741.522	100,0	-27,1

As empresas sediadas na Região Insular geraram mais de 80% do valor acrescentado global em ambos os anos e registaram uma quebra nesta grandeza de 23,5% em 2020. Por outro lado, as empresas sediadas na Região do Continente sofreram uma maior quebra neste indicador no mesmo ano, que foi de 43,8%.

Bioko Norte foi a província que em 2019 e 2020 gerou o maior valor acrescentado com proporções de 82,3% e 86,4%, respetivamente. Seguiram-se as províncias do Litoral (14,3% e 11,5%), Kie Ntem (1,6% e 0,9%) e Wele Nzas (1,2% e 0,7%) entre 2019 e 2020, respetivamente.

Vale a pena notar que em 2020, o valor acrescentado das empresas que operam no país diminuiu em todas as províncias, sendo Annobón a província menos afetada, registando uma redução de 7,8%.

Tabela 32: Valor agregado por sector de atividade (em miles milhões de F CFA)

Sector	2019	%	2020	%	Var.(%)
Primário	2.377,5	36,6	1.719,5	36,3	-27,7
Secundário	1.283,8	19,7	727,7	15,3	-43,3
Terciário	2.840,6	43,7	2.294,3	48,4	-19,2
Total	6.501,94	100,0	4.741,5	100,0	-27,1

O sector primário, juntamente com o sector terciário, foi responsável por mais de 80% do valor acrescentado em ambos os períodos. Por seu lado, todos os sectores sofreram uma queda neste indicador em 2020, embora o sector secundário tenha sofrido uma queda maior (-43,3%).

Tabela 33: Valor agregado por sector (em em miles milhões de F CFA)

Actividad	2019	%	2020	%	Var.(%)
Agricultura, silvicultura, pesca	15.224,1	0,2	5.631,7	0,1	-63,0
Actividades extractivas	2.362.323,7	36,3	1.713.839,4	36,1	-27,5
Actividades de manufactura	725.244,1	11,2	536.096,2	11,3	-26,1
Produção e distribuição de electricidade e gás	244.465,8	3,8	26.388,2	0,6	-89,2
Produção e distribuição de agua, saneamento, tratamento de residuos e descontaminação	676,6	0,0	2.306,4	0,0	240,9
Construção	313.425,9	4,8	162.942,0	3,4	-48,0
Comercio	1.972.033,2	30,3	1.289.087,7	27,2	-34,6
Transporte e armazenamento	54.875,9	0,8	36.920,2	0,8	-32,7
Alojamento e restauração	86.511,4	1,3	526.597,1	11,1	508,7
Informação e comunicação	210.437,3	3,2	61.298,6	1,3	-70,9
Actividades financeiras e de seguros	301.154,5	4,6	228.598,9	4,8	-24,1
Actividades inmobiliarias	4.320,8	0,1	1.648,7	0,0	-61,8
Actividades especializadas, científicas e técnicas	19.136,7	0,3	14.802,1	0,3	-22,7
Actividades de apoio e serviços de oficina	45.384,2	0,7	35.114,6	0,7	-22,6
Educação	106.790,7	1,6	58.328,0	1,2	-45,4
Actividades para a saúde humana e a acção social	19.176,7	0,3	16.249,7	0,3	-15,3
Actividades artísticas, desportivas e recreativas	1.160,3	0,0	3.171,4	0,1	173,3
Outras actividades de serviços n.c.e.	19.600,5	0,3	22.501,0	0,5	14,8
Total	6.501.942,2	100,0	4.741.521,8	100,0	-27,1

As Actividades Extrativas e Comerciais registaram um maior contributo para o valor acrescentado em ambos os anos; com efeito, as primeiras tiveram pesos de 36,3% em 2019 e 36,1% em 2020 e, o Comércio registou proporções de 30,3% e 27,2% em 2019 e 2020, respetivamente. Seguem-se as Indústrias Transformadoras, a Construção, as Actividades Financeiras e a Informação e Comunicação, com contributos em 2019 de 11,2%, 4,8%, 4,6% e 3,2%, respetivamente; em 2020, estas atividades registaram pesos de 11,2%, 4,8%, 4,6% e 3,2%, respetivamente.

Em 2020, estas atividades registaram quotas de 11,3%, 3,4%, 4,8% e 1,3%, respetivamente.

Quase todos os ramos de atividade registaram quebras no seu valor acrescentado em resultado das restrições implementadas para conter a propagação da pandemia da COVID-19, sendo a "Agricultura, silvicultura" o ramo mais afetado (-63%). Em termos estruturais

Em termos estruturais, a variação negativa do valor acrescentado em 2020 é explicada sobretudo pela quebra no setor petrolífero, onde as Actividades extrativas e o Comércio (os ramos da Refinação de produtos petrolíferos) registaram um decréscimo de 27,5% e 34,6%, respetivamente. Entretanto, o sector da Construção também registou uma quebra (-48%), em comparação com uma melhoria considerável de 508,7% nas actividades de "Alojamento e restauração".

Tabela 34: Valor acrescentado de acordo com a dimensão da empresa (em milhões de FCFA)

Tipo de empresa	2019	%	2020	%	Var. (%)
Microempresas	518,2	0	-14.022,10	-0,3	-2.806,00
Pequenas empresas	59.901,90	0,9	79.767,30	1,7	33,2
Médias empresas	278.353,90	4,3	289.247,00	6,1	3,9
Grandes empresas	6.163.168,20	94,8	4.386.529,60	92,5	-28,8
Total	6.501.942,20	100	4.741.521,80	100	-27,1

Em 2019, embora sejam poucas na economia nacional, as grandes empresas geraram 94,8% do valor acrescentado total da economia, no valor de 6,5 triliões de francos CFAF, enquanto a percentagem das médias e pequenas empresas foi de 0,9% e 4,3%, respetivamente. Por outro lado, apesar do facto de o tecido empresarial nacional ser constituído por muitas microempresas, a sua contribuição para o valor acrescentado foi relativamente nula.

Em 2020, a proporção do valor acrescentado e a sua variação por tipo de empresa foi reconfigurada, devido à pandemia da COVID-19, onde as grandes empresas representaram 92,5%, atingindo um valor de 4,7 triliões de FCFA, enquanto as médias e pequenas empresas contribuíram com taxas de 6,1% e 1,7%, respetivamente. As microempresas registaram um valor acrescentado negativo, conduzindo a uma taxa de variação de 2,806%, e o valor acrescentado das grandes empresas diminuiu 28,8% em 2020. Os outros tipos de empresas registaram aumentos no seu valor acrescentado.

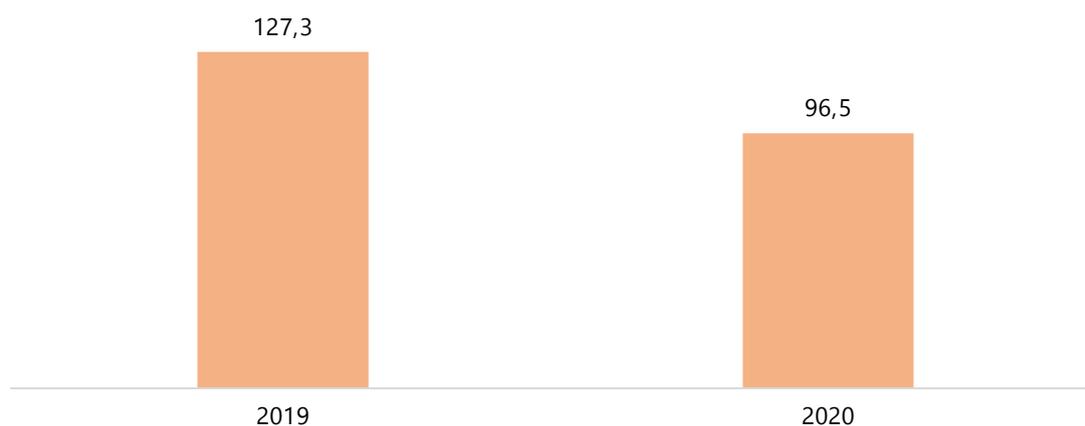
Tabela 35: Valor acrescentado por propriedade (em milhões de FCFA)

Régimen de propiedad	2019	%	2020	%	Var.(%)
Empresa pública	1.269.529,40	19,5	715.635,00	15,1	-43,6
Empresa de capital privado nacional	1.827.997,20	28,1	1.596.719,20	33,7	-12,7
Empresa de capital privado estrangeiro	2.178.577,30	33,5	1.445.583,90	30,5	-33,6
Empresa de capital misto	1.225.838,40	18,9	983.583,70	20,7	-19,8
Total	6.501.942,20	100	4.741.521,80	100	-27,1

Em 2019, o valor acrescentado gerado pelas empresas de capital privado nacionais atingiu 1,8 biliões de FCFA, representando 28,1% do valor acrescentado global. Capital privado estrangeiro

As empresas estrangeiras de capital privado foram responsáveis pelo maior valor acrescentado, atingindo 2,2 biliões de FCFA no mesmo ano, representando 33,5% do valor acrescentado global. As empresas públicas foram responsáveis por menos de 20% do valor acrescentado global.

Todas as empresas por estatuto de propriedade viram o seu valor acrescentado diminuir em 2020, sendo as empresas públicas e as empresas estrangeiras de capital privado as mais afectadas, com taxas de -43,6% e -33,6%, respetivamente.

Gráfico 21: Produtividade aparente do trabalho em milhões de FCFA

Em 2020, registou-se uma deterioração da produtividade aparente do trabalho de 24,2 por cento, de 127,3 milhões de FCFA por trabalhador em 2019 para 96,5 milhões de FCFA por trabalhador em 2020.

Tabela 36: Produtividade aparente do trabalho por sector (em milhões de F CFA)

Sector	2019	2020	Var.(%)
Primario	434,7	452,7	4,2
Secundario	97,9	56,6	-42,2
Terciario	87,4	70,6	-19,2
Total	127,3	96,5	-24,2

Um balanço da produtividade aparente do trabalho por sector de atividade permite-nos apreciar o seu desempenho. A este respeito, verifica-se que o sector primário apresentou uma produtividade melhor do que os outros sectores em ambos os anos, principalmente devido ao desempenho das empresas de extração de hidrocarbonetos. Todos os sectores registaram uma deterioração da produtividade em 2020, com exceção do sector primário, sendo o sector secundário o mais afetado, com uma taxa de -42%.

Tabela 37: Productividad del trabajo por rama de actividad (en miles de FCFA)

Rama de actividad	2019	2020	Var.(%)
Agricultura, silvicultura, pesca	16.972,20	9.914,90	-41,6
Actividades extractivas	516.580,70	530.600,40	2,7
Actividades de manufactura	212.556,90	154.006,40	-27,5
Produção e distribuição de electricidade e gas	80.231,60	8.726,30	-89,1
Produção e distribuição de agua, saneamento, tratamento de residuos e descontaminação	22.551,70	56.253,90	149,4
Construção	47.295,30	25.822,80	-45,4
Comercio	202.052,60	138.507,30	-31,4
Transporte e almacenamiento	34.340,40	21.465,20	-37,5
Alojamento e restauração	46.687,20	273.556,90	485,9
Informação e comunicação	114.554,90	31.499,80	-72,5
Actividades financeiras e de seguros	162.610,40	123.167,50	-24,3
Actividades inmobiliarias	72.012,60	27.478,10	-61,8
Actividades especializadas, científicas e técnicas	65.761,80	57.372,40	-12,8
Actividades de apoio e serviços de oficina	4.908,50	3.744,40	-23,7
Educação	24.232,10	13.092,70	-46
Actividades para a saúde humana e a acção social	20.228,60	17.876,40	-11,6
Actividades artísticas, desportivas e lazer	14.687,10	20.727,80	41,1
Outras actividades de serviços n.c.e.	34.814,30	42.940,90	23,3
Total	127.289,40	96.480,20	-24,2

Os sectores mais produtivos em 2019 foram as Actividades Extractivas, as Actividades Transformadoras e o Comércio, que registaram produtividades de 516,6, 212,6 e 202 milhões de FCFA. Por outro lado, as Actividades de informação e comunicação, bem como as Actividades financeiras e de seguros apresentaram desempenhos relativamente melhores, atrás dos acima mencionados. A produtividade diminuiu em quase todos os ramos de atividade em 2020, com exceção de alguns, como as actividades de alojamento e restauração.

1.8.2. Excedente bruto de exploração

Tabela 38: Excedente bruto de exploração por sector de atividade (em milhões de FCFA)

Sector	2019	%	2020	%	Var.(%)
Primário	2.162.981,30	36,7	1.221.600,80	35,2	-43,5
Secundário	1.131.460,20	19,2	526.251,50	15,2	-53,5
Terciário	2.595.667,30	44,1	1.724.434,10	49,7	-33,6
Total	5.890.108,70	100	3.472.286,40	100	-41

Em 2020, o excedente bruto de exploração ("EBE") diminuiu 41% em comparação com o ano anterior. Todos os sectores tradicionais registaram descidas no seu EBE neste ano, enquanto os sectores terciário e primário contribuíram melhor para o EBE global, com proporções de 44,1% e 36,7% em 2019 e 49,7% e 35,2% em 2020, respetivamente.

Tabela 39: EBE según tamaño de la empresa (en millones de FCFA)

Tamaño	2019	%	2020	%	Var.(%)
Microempresas	-17.661,40	-0,3	-33.380,40	-1	89
Pequeñas empresas	44.785,40	0,8	-4.159,80	-0,1	-109,3
Médias empresas	248.922,90	4,2	-218.136,50	-6,3	-187,6
Grandes empresas	5.614.061,70	95,3	3.727.963,10	107,4	-33,6
Total	5.890.108,70	100	3.472.286,40	100	-41

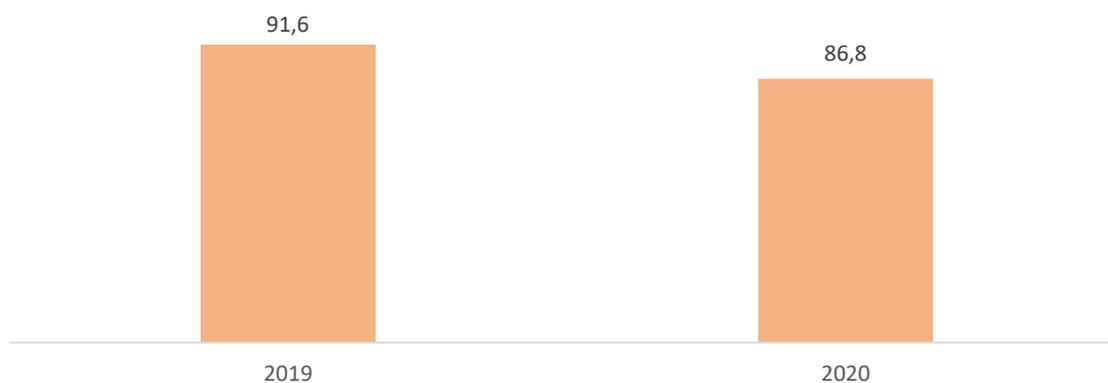
O EBE das grandes empresas representou 95,3% em 2019 e foi o único positivo em 2020. Enquanto as médias empresas representaram 4,2% em 2019, as pequenas empresas contribuíram com menos de 1%. Em 2020, as médias empresas registaram uma diminuição do seu EBE em 187,6%, enquanto o EBE das grandes empresas diminuiu 33,6%.

Apresenta-se de seguida o contributo de cada ramo de atividade para o total do ESB e analisa-se a evolução deste indicador entre 2019 e 2020 por ramo de atividade da economia nacional.

Tabela 40: Excedente de exploração bruto por ramo de atividade (em milhões de F CFA)

Actividade	2019	%	2020	%	Var.(%)
Agricultura, silvicultura, pesca	12.137,00	0,2	3.564,20	0,1	-70,6
Actividades extractivas	2.150.844,20	36,5	1.218.036,60	35,1	-43,4
Actividades de manufactura	607.474,60	10,3	442.305,00	12,7	-27,2
Produção e distribuição de electricidade e gas	227.421,70	3,9	-34.682,40	-1	-115,3
Produção e distribuição de agua, saneamento, tratamento de residuos e descontamina	583,6	0	1.576,00	0	170,1
Construção	295.980,30	5	117.052,90	3,4	-60,5
Comercio	1.948.950,60	33,1	1.267.838,80	36,5	-34,9
Transporte e armazenamento	38.345,10	0,7	16.794,30	0,5	-56,2
Alojamento e restauração	79.626,40	1,4	520.762,90	15	554
Informação e comunicação	198.561,40	3,4	50.844,10	1,5	-74,4
Actividades financeiras e de seguros	161.532,60	2,7	159.826,80	4,6	-1,1
Actividades imobiliarias	4.219,50	0,1	1.376,20	0	-67,4
Actividades especializadas, científicas e técnicas	14.255,80	0,2	4.202,40	0,1	-70,5
Actividades de apoio e serviços de oficina	28.822,70	0,5	-374.815,80	-10,8	-1400,4
Educação	91.002,10	1,5	45.533,00	1,3	-50
Actividades para a saúde humana e a acção social	10.726,20	0,2	7.394,90	0,2	-31,1
Actividades artísticas, desportivas e recreativas	1.025,80	0	2.874,60	0,1	180,2
Outras actividades de serviços n.c.e.	18.599,20	0,3	21.801,90	0,6	17,2
Total	5.890.108,70	100	3.472.286,40	100	-41

Por sector, as actividades extractivas, o comércio e as actividades transformadoras representam, por si só, mais de 80% do EBE mundial em 2019 e 2020.

Gráfico 22: Evolução da taxa de valor agregado (%)

A taxa de valor acrescentado da atividade económica da Guiné Equatorial em 2019 foi de 91,6%, enquanto em 2020 foi de 86,8%; 4,8 pontos percentuais abaixo do ano anterior.

ANEXOS

Imagem 4: Formação na região insular



Quadro 4: Composição da Comissão Nacional do Primeiro Recenseamento Geral das Empresas na República da Guiné Equatorial

1

1. Presidência:

- Presidente: Exmo. o Sr. Cesar-Augusto MBA ABOGO: Ministro das Finanças, da Economia e do Planeamento;
- Vice-Presidente Primeiro: Exmo. o Sr. Pastor Micha ONDO BILE: Ministro do Comércio e da Promoção das Pequenas e Médias Empresas;
- Vice-Presidente Segunda: Exma. a Sra Constantina Bindang NDONG OKIRI: Secretária de Estado responsável do Planeamento e do Acompanhamento do Plano Nacional de Desenvolvimento.

2. Membros:

- Excmo. Sr. Diosdado NSUE MILANG: Ministro de Estado de Saúde e Bem-Estar Social;
- Excmo. Sr. Miguel EKUA ONDO: Ministro de Indústria e Energia;
- Excmo. Sr Gabriel Mbega OBIANG LIMA: Ministro de Minas e Hidrocarbonetos;
- Excmo. Sr. Virgílio SERICHE RILOHA: Ministro de Informação, imprensa e rádio;
- Excmo. Sr. Alfredo Mitogo MITOGO ADA: Ministro de Trabalho, Fomento de Empregos e Segurança Social;
- Excmo. Sr. Rufino OVONO ONDO: Ministro de Transportes, Correios e Telecomunicações;
- Excmo. Sr. Rufino Ndong ESONO NCHAMA: Ministro de Cultura, Turismo Promoção do artesanato;
- Excmo. Sr. Ángel NOKONOKO MOCOSO: Presidente da Câmara Oficial de Comércio de Bioko;
- Excmo. Sr. Severino ONDO NGUEMA: Presidente da Câmara Oficial de Comércio de Rio Muni.

Gabinete do Primeiro Recenseamento Empresarial da Guiné Equatorial 2020

Ilmo. Sr Ricardo Nsue NDEMESOGO OBONO	Coordenador Nacional;
Ilmo. Sr Fidel SEPA MEBULO	Coordenador Adjunto;
Ilma. Sra Justina NCHUCHUMA AKAPO	Secretaria Executiva;
Sr Raimundo EDU ADA	Chefe do Gabinete do Censo;
Sr Agustín NDONG NSENG	Programador informático;
Sr Salvador Nzamio ENZEMA MBANG	Gestor da Base de Dados
Sr Santiago ASUMU NTUTUMU	Supervisor;
Sr Pascual Afugu ESONO MBENGONO	Supervisor;
Sr Manuel BAKALE NAMANA	Supervisor;
Sra Frida Clemencia ADA OYONO	Supervisora;
Sr Consolador Jeremías Esono ESONO AVORO	Supervisor;
Sr Santos NDONG ASEMBE	Supervisor;
Sr Elieser TOCOLO MATÍAS	Supervisor;
Sr Joaquín Angel MANGA	Responsável pela logística;
Sr José Ayong NDONG AYANG	Consultor jurídico;
Sr Ismael Fernando MANGA NDONG	Supervisor;
Oscar Eló NGUEMA ANDEME	Informático
Sr Jorge Javier MBA NZANG	Supervisor;
Sr Gaspar Edu MBO ASANGONO	Supervisor;
Sr Rubén Nzenz BIKO BILOGO	Analista económico;
Sr Rosendo Mañé ABESO EKONVORO	Analista estatístico;
Sra Esperanza BIELO BIELO	Secretaria
Sra Inés ONA MABA	Secretaria;
Sr Mariano NSUE ONDO	Logístico;
Sr Antonio ELO OWONO	Economista;
Sr Ramón BEE ENGONGA	Responsable da cartografia;
Sra Francisca MANGUE MICO OYANA	Secretaria;
Sr Juan Carlos BECOBA RASO	Contabilista
Sra Matutina Felicia ADJABA	Assistente de contabilidade;
Sra María del Pilar Mangue NDONG NCHAMA	Representante do BEAC;

Sra Elvira Nzang NTUTUMU NZANG

Representante da Câmara de
Comércio de Bioko;

Sr Juan SEPA MEBULO

Representante do INSESO;

Sr Filiberto NGUEMA EYANG

Representante do Ministério de
Finanças, Economia e
Planificação

Pedro Milam ESONO ASUE

Representante do Ministério de
Comércio, Promoção de Pequenas
e Médias Empresas

Sr Justino Nsue BEE OBONO

Representante do Ministério de
Trabalho e Fomento de Emprego.



INEGE

Instituto Nacional de Estadística de Guinea Ecuatorial

Edificio Abayak, 4ª planta, Malabo II, Telf: +240 222 196724

www.inege.gq